



Demonstrações Financeiras Anuais

Para o exercício findo em 30 de Junho de 2014



Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, SA

Av. Julius Nyerere, nº 4003

Tel. 21 498257, 21 498260 – Fax: 21 498262

www.cmh.co.mz

Maputo, Moçambique

Demonstrações Financeiras Anuais
do exercício findo a 30 de Junho de 2014

Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, S.A

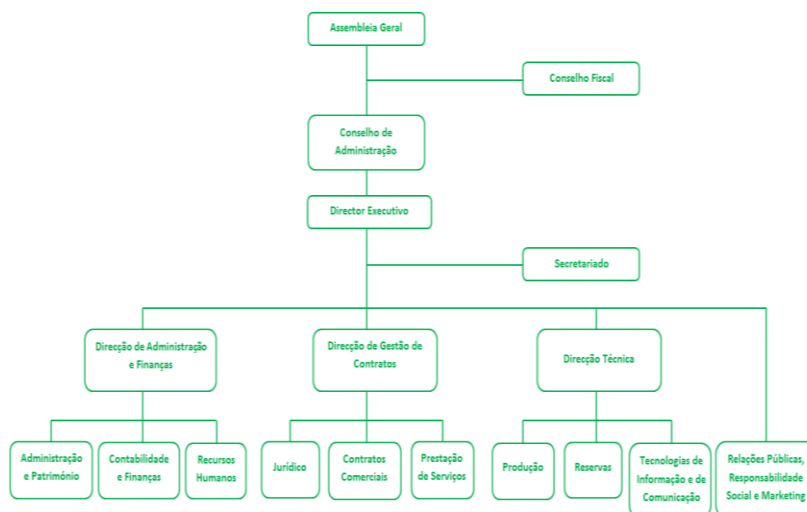
ÍNDICE

	PÁGINA
I. INFORMAÇÕES DA ENTIDADE	1
II. MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	2 - 5
III. RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	6 - 30
IV. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DOS ADMINISTRADORES	31
V. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	32 - 33
VI. BALANÇO	34
VII. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	35
VIII. DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	36
IX. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	37
X. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	38-73

I. INFORMAÇÕES DA ENTIDADE

Nome da Entidade:	Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, SA (CMH,SA)
Número de Registo Comercial:	13 259
NUIT:	400 102 961
Conselho de Administração:	<ul style="list-style-type: none">▪ Joaquim Ali Caronga (Presidente)▪ Fernando Faustino (Administrador)▪ Guilhermino Fortes (Administrador)
Accionistas:	<ul style="list-style-type: none">▪ Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, EP (70%)▪ Governo de Moçambique (20%)▪ Investidores Privados Nacionais (10%)
Capital Social (30 de Junho de 2014):	MT 593 411 500 (USD 25 286 649)
Número de Acções:	5 934 115
Auditores:	KPMG Auditores e Consultores, SA Av. Julius Nyerere, n° 4003, Bairro da Sommerschield II
Endereço:	Maputo – Moçambique Maputo – Moçambique
País de Constituição:	A CMH, SA foi constituída de acordo com as Leis de Moçambique.
Visão da CMH:	Assegurar a óptima utilização do recurso gás natural, no presente e futuro, e sua infraestrutura, através da optimização das suas operações e assegurar/prover acesso de mais gás ao mercado Moçambicano.
Missão da CMH:	Maximizar o valor para os accionistas, resultante dos investimentos realizados na produção de gás natural, nos campos de Pande e Temane, em total cumprimento dos direitos e obrigações contratuais.

Estrutura da CMH:



II. MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Temos a honra de apresentar o Relatório do Conselho de Administração e as Contas auditadas relativas ao exercício económico findo em 30 de Junho de 2014.

O exercício económico foi caracterizado pela conclusão das negociações de venda de cerca de 27 MGJ/ano de gás para o mercado Moçambicano e início do fornecimento desse gás ao mercado Moçambicano. Isso resultou no aumento dos volumes de gás fornecidos ao mercado doméstico.

A CMH e os seus parceiros agora estão em condições de começar a recuperar o investimento realizado no projecto de expansão e os projectos nacionais estão a começar a beneficiar do gás adicional fornecido pelos campos de gás de Pande e Temane.

Durante o exercício económico, um montante total de USD11 950 000 (onze milhões, novecentos e cinquenta mil dólares americanos) foi pago aos seus accionistas sob forma de dividendos.

Os nossos accionistas estão a começar a receber níveis adequados de dividendos de acordo com os bons índices de desempenho financeiro da empresa. O objectivo é de continuar a aumentar os dividendos pagos aos accionistas, não obstante, os inúmeros desafios operacionais que a empresa enfrenta e que requerem ainda investimentos consideráveis para sustentar a actual capacidade produtiva instalada e os compromissos no âmbito dos contratos assinados de venda de gás, bem como, para explorar novas oportunidades de modo a garantir o crescimento do negócio.

Durante este período, atenção especial foi dada à avaliação das reservas e à alocação de recursos adicionais para aumentar o conhecimento das reservas comprovadas na área de produção de petróleo "PPA".

Pode-se verificar a partir das nossas demonstrações financeiras que, a CMH reportou um lucro líquido de USD 37 847 342 (trinta e sete milhões, oitocentos e quarenta e sete mil, trezentos e quarenta e dois dólares americanos) o que representa um aumento de 29% comparando com o resultado do exercício económico findo em 30 de Junho de 2013.

Durante este ano, a CMH pagou impostos num montante total de USD 6 938 769 (seis milhões, novecentos e trinta e oito mil, setecentos e sessenta e nove dólares americanos) ao Estado, dos quais, 63% representam impostos sobre o rendimento da empresa (IRPC), 26% representam retenções na fonte (IRPS e IRPC), 10% representam impostos sobre o rendimento dos trabalhadores (IRPS) e 1% representa contribuições para a segurança social (INSS).

Em relação aos empréstimos, um montante de USD 18 853 557 (dezoito milhões, oitocentos e cinquenta e três mil, quinhentos e cinquenta e sete dólares americanos) foi pago durante este exercício económico, dos quais USD 14 161 277 (catorze milhões, cento e sessenta e um mil, duzentos e setenta e sete dólares americanos) em amortização do capital e USD 4 692 280 (quatro milhões, seiscentos e noventa e dois mil, duzentos e oitenta dólares americanos) em juros de empréstimos.

Ainda durante este ano, a CMH continuou com a política de investimentos de curto prazo investindo as reservas nas contas no exterior. Um montante total de USD 350 364 (trezentos e cinquenta mil, trezentos e seiscentos e quatro dólares americanos) de juros foi auferido com os referidos investimentos de curto prazo.

Os accionistas maioritários e a direcção executiva da CMH têm estado envolvidos em discussões com os financiadores da CMH para alterar algumas cláusulas nos Contratos de Empréstimo bem como a Política de Dividendos.

Durante este ano, com vista a fortalecer a estrutura organizacional da empresa, o Conselho de Administração da CMH aprovou e actualizou a estrutura organizacional da CMH, regulamentos internos, quadro de pessoal e qualificador de ocupações, as carreiras profissionais e funções, para o período 2014-2018, bem como, uma nova estrutura salarial e de remuneração adicionais.

Em termos de formação, nós continuamos a prestar muita atenção à formação do nosso pessoal. Todo o pessoal da CMH têm vindo a beneficiar de cursos de formação regular em Moçambique ou no estrangeiro e estamos a dar mais atenção à formação especializada na área de petróleo e gás natural.

De modo a aumentar o número de pessoal qualificado nacional na planta da central de processamento em Temane, um complexo habitacional está em construção, com todas as infraestruturas sociais na cidade de Vilanculos, para promover o recrutamento de moçambicanos qualificados para trabalharem no complexo industrial de Temane. O operador tem o compromisso de aumentar a formação de trabalhadores locais, bem como, empregar moçambicanos em posições cimeiras na gestão da planta em Temane (CPF).

Há uma necessidade de melhorar os salários e benefícios sociais para atrair mais talentos moçambicanos para o projecto e estancar a saída de trabalhadores nacionais qualificados para outros projectos similares em implementação no país.

Durante este exercício financeiro, realizamos uma Assembleia Geral Ordinária no dia 20 de Setembro de 2013, onde o relatório de gestão e as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 30 de Junho de 2013 e a distribuição de lucros foram aprovados.

Os accionistas maioritários levantaram a questão de alteração da política de dividendos para distribuição até 75% do lucro e a necessidade de submeter o pedido aos financiadores para aprovação desta nova política.

Em termos do meio ambiente, temos a honra de informar que o operador mantém um bom desempenho nas operações, bem como níveis elevados de segurança técnica e melhorias no desempenho na área de saúde ocupacional.

Os programas de gestão de saúde ocupacional continuam a ser bem geridos e há bons indicadores de segurança no empreendimento.

Em termos de preservação do meio ambiente, bons padrões estão a ser alcançados e algumas medidas de mitigação de riscos estão a ser implementadas.

No que concerne à responsabilidade social, a CMH continua a prestar a sua contribuição no âmbito do Consórcio (UJO), bem como a título individual. No âmbito do consórcio, a CMH contribuiu com USD 588 278 (quinhentos e oitenta e oito mil, duzentos e setenta e oito dólares americanos) (25%) e em projectos directos um total de USD 735 687

(setecentos e trinta e cinco mil, seiscientos e oitenta e sete dólares americanos) foram investidos em projectos sociais aumentando o acesso ao uso doméstico de gás natural para as comunidades ao redor de Vilanculos, Inhassoro e Nova Mambone (USD 500 000 – quinhentos mil dólares americanos), bem como, patrocinando as escolas e promovendo o desportivo e cultura ao nível nacional.

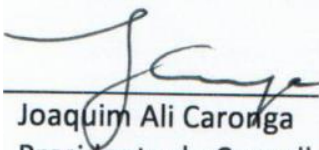
Ao nível de implementação de projectos sociais, no âmbito do consórcio melhorou bastante, mas, os parceiros acreditam que ainda há espaço para melhorias. Há ainda a necessidade de aumentar a capacidade de implementação do consórcio.

Durante este período, honramos regularmente os nossos compromissos financeiros referentes ao pagamento de empréstimos, impostos e outras despesas.

Vamos continuar a envidar esforços para aumentar o nível de pagamento de dividendos declarados para os nossos accionistas.

Em conclusão, queremos estender a nossa gratidão a todos aqueles que apoiaram a empresa durante momentos difíceis, estes incluem financiadores, parceiros e membros do Governo Moçambicano, que sempre nos incentivaram a consolidar esta empresa como um veículo de participação dos Moçambicanos no empreendimento de gás natural de Pande e Temane.

Maputo, 18 Agosto 2014



Joaquim Ali Caronga
Presidente do Conselho de Administração

III. RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da CMH tem a honra de apresentar as Demonstrações Financeiras Auditadas e o Relatório do Conselho de Administração relativos ao exercício financeiro findo em 30 de Junho de 2014.

1. Natureza do Negócio e Actividades Principais

A Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, SA (CMH) é a parceira Moçambicana no Consórcio (UJO- Unincorporated Joint Operation) do Projecto de Gás Natural de Pande e Temane (PGN). São parceiros do consórcio (UJO), a Sasol Petroleum Temane (SPT), Operadora nos campos de Pande e Temane, uma entidade Moçambicana subsidiária da Sasol Petroleum International (SPI), com participação de 70%. Os não-operadores são, a Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos (CMH), que é uma subsidiária da empresa pública, Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH), com participação de 25% e a Sociedade Financeira Internacional (IFC), membro do Grupo Banco Mundial, com participação de 5%.

O consórcio (UJO) está desenvolver os campos de gás natural de Pande e Temane, em Inhambane, Moçambique e construiu uma Central de Processamento (CPF). O gás natural e condensado são produzidos nos campos de Temane, desde Fevereiro de 2004, e Pande, desde Junho de 2009. Do CPF o gás é, então, transportado através dum gasoduto de 865 km de comprimento, de transmissão subterrânea transfronteiriço até a terminal da Sasol Gas em Secunda, na África do Sul e na porção moçambicana o gasoduto é compreendido por cinco pontos de abastecimento para o mercado doméstico. A produção de condensado no CPF é transportado para a costa para o armazenamento nos tanques da Petromoc até que as quantidades sejam suficientes para permitir a sua venda através de petroleiros.

No projecto inicial, o CPF havia sido projectado para produzir 120 MGJ/a para vender a Sasol Gas, cliente âncora, através do Primeiro Contrato de Venda de Gás (GSA 1). Em Março de 2007, os parceiros acordaram expandir a produção de Pande e Temane e do CPF em Temane para aumentar a capacidade existente de produção de gás e de vendas em 50% e aumentar a capacidade das instalações de produção de 120 MGJ/a para 183 MGJ/a. Da nova capacidade adicional de 63 MGJ/a, 27 MGJ/a foi atribuída a Sasol Gas, através do Segundo Contrato de Vendas de Gás (GSA 2), 27 MGJ/a foi atribuído a projectos elegíveis no mercado moçambicano e 9 MGJ/a foi reservado para os royalties de gás em espécie a ser pago ao Governo moçambicano.

2. Resultados e Actividades no âmbito do Consórcio

2.1 Resultados

Os resultados operacionais da Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, S.A (CMH) no exercício financeiro findo em 30 de Junho de 2014, pela sua participação no Consórcio de Pande e Temane (UJO-25%) são de USD 79 204 889, como segue:

(USD)

Demonstração de Resultados - CMH 25%	AF14	AF13
	1 Julho a 30 Junho	1 Julho a 30 Junho
Receita bruta	93 985 535	74 806 568
Vendas: Gás Natural	86 641 765	66 166 301
Vendas: Condensado	7 343 770	8 640 267
Royalties (Gás Natural e Condensado)	(1 843 455)	(1 570 764)
Margem Bruta	92 142 080	73 235 804
Despesas Operacionais	(12 937 191)	(10 005 036)
Lucro Operacional	79 204 889	63 230 768

O lucro operacional aumentou em 25% em relação ao exercício anterior de 2013 (AF13), devido ao fornecimento de volumes adicionais de gás no âmbito dos contratos com a Aggreko e com a ENH e a remoção dos tectos e bases no preço do Primeiro Contrato de Venda de Gás (GSA 1) no dia 1 de Abril 2014.

O consórcio (UJO) foi contabilizado como uma operação conjunta no âmbito dos IFRS 11 nas demonstrações financeiras anuais separadas da CMH.

2.2 Produção e Vendas de Gás Natural e Condensado

2.2.1 Vendas do Gás Natural e Condensado

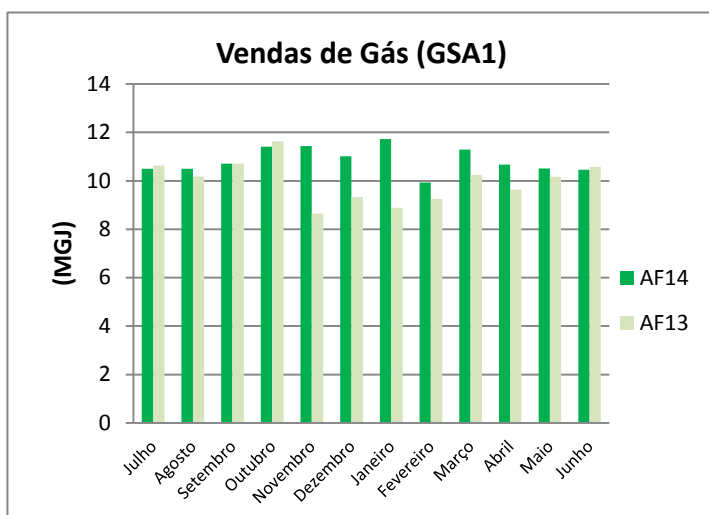
O volume de Gás Natural e Condensado vendido no ano financeiro 2014 (AF14), findo em 30 de Junho de 2014 (1 de Julho 2013 a 30 de Junho 2014), é o seguinte:

Volume de vendas da UJO (100%)	Unidade	AF14	AF13	Varição
		1 Julho a 30 Junho	1 Julho a 30 Junho	AF14 vs AF13
Gás Natural - GSA 1	MGJ	130.11	119.88	8.53%
Gás Natural- GSA 2	MGJ	19.45	17.59	10.59%
Aggreko - GSA1	MGJ	10.25	9.23	11.10%
ENH	MGJ	6.45	0.82	682.19%
Cumulativo das Vendas	GJ	166.26	147.53	12.70%
Condensado (CESA)	Barris	368,329.81	431,956.31	-14.72%
Gás levado em espécie (Royalty)	MGJ	3.83	3.25	10.45%
Preço médio das vendas	Unidade	FY14	FY13	Varição
		1 Julho a 30 Junho	1 Julho a 30 Junho	AF14 vs AF13
Gás Natural - GSA 1	USD/GJ	1.91	1.59	20.13%
Gás Natural - GSA 2	USD/GJ	2.93	3.05	-3.93%
Aggreko - GSA1	USD/GJ	2.9	2.9	0.00%
Vendas de Gás da ENH (USD/GJ)	USD/GJ	1.84	1.80	1.10%
Condensado (CESA)	USD/Bbl	79.75	80.44	-0.86%

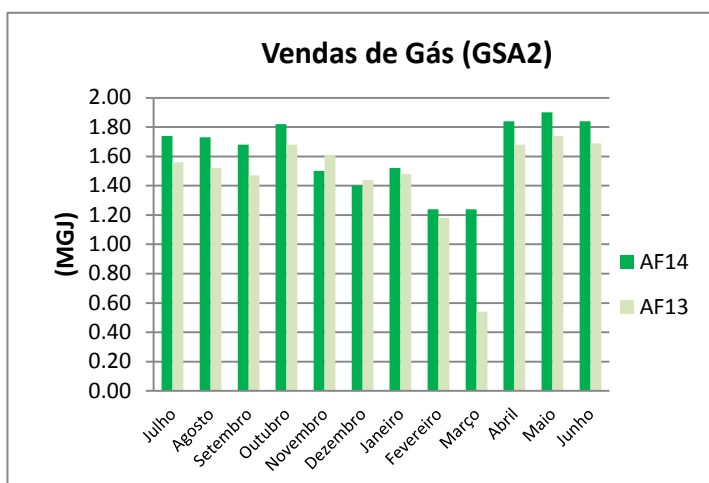
O volume total de vendas de gás natural no ano financeiro 2014 (AF14) em média foi 12.70% superior em relação ao período anterior de 2013, devido as seguintes razões:

- Verificaram-se encomendas superiores por parte da compradora Sasol Gas comparativamente ao mesmo período do ano anterior AF13.
- A Aggreko continuou a comprar quantidades elevadas de gás e a ENH começou a comprar gás desde o primeiro trimestre do ano financeiro AF14, o que contribuiu no aumento do volume de vendas para o período em apreço.
- A manutenção de rotina levada a cabo para minimizar avarias no equipamento de produção durante o período. Contudo, houve avarias de equipamento e paragens de produção mas que não resultaram em perdas de produção na Central de processamento (CP).

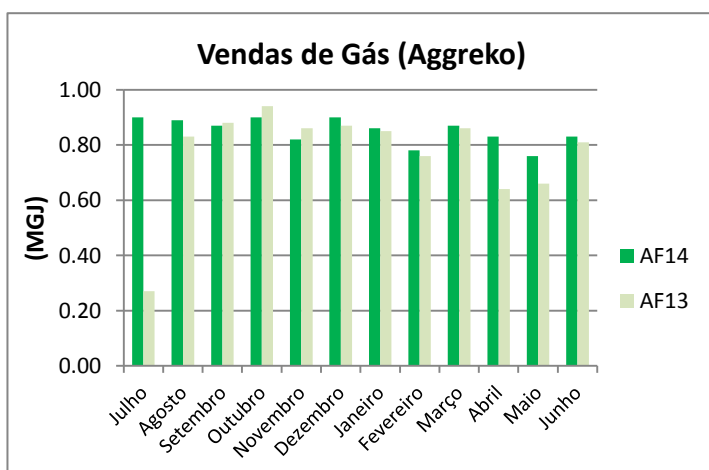
Os gráficos abaixo mostram a evolução da produção de gás e o preço durante os anos financeiros 2013 (AF13) e 2014 (AF14) tanto para o gás, como para o condensado.



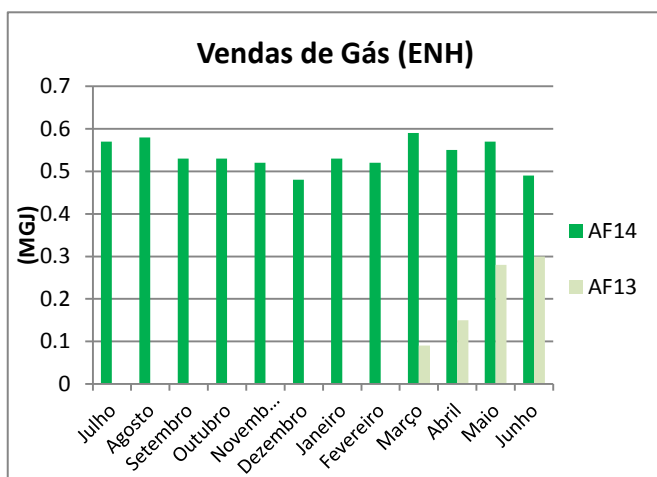
Pode-se ver que a partir de Julho 2013 até Junho 2014, houve vendas de volumes de gás maiores na ordem de 8.53% em termos do contrato GSA-1 em relação ao mesmo período do ano anterior 2013, devido a maiores encomendas de gás por parte da Sasol Gas.



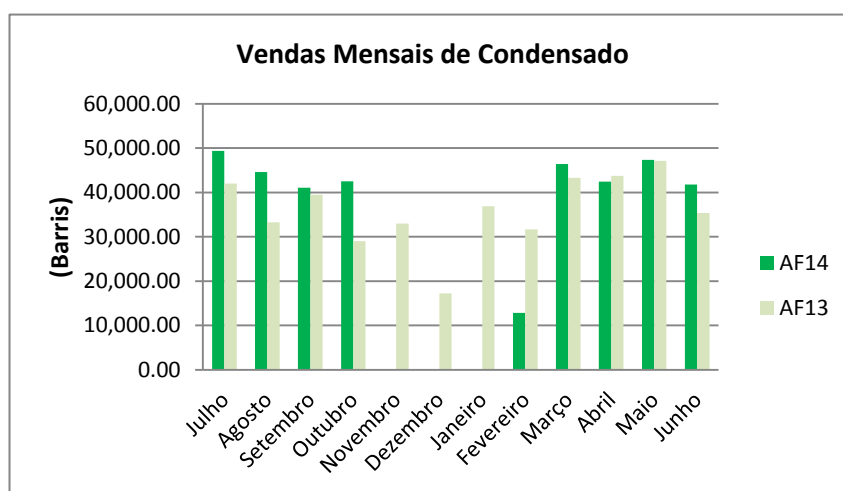
Volume de vendas nos termos do contrato GSA-2 de Julho de 2013 a Junho de 2014 foram 10.59% maiores em relação ao período anterior (AF13), devido a maiores encomendas de gás por parte da Sasol Gas.



Volume de vendas de gás nos termos do contrato Aggreko entre Julho de 2013 até Junho 2014 foram 11.10% superiores em relação o período anterior (AF13), devido a maiores encomendas de gás por parte da Aggreko.



Durante o período entre Julho de 2013 a Junho de 2014, as quantidades contratuais anuais com a ENH foram totalmente entregues pelas vendedoras, o que contribuiu para um aumento do volume global das vendas de gás.



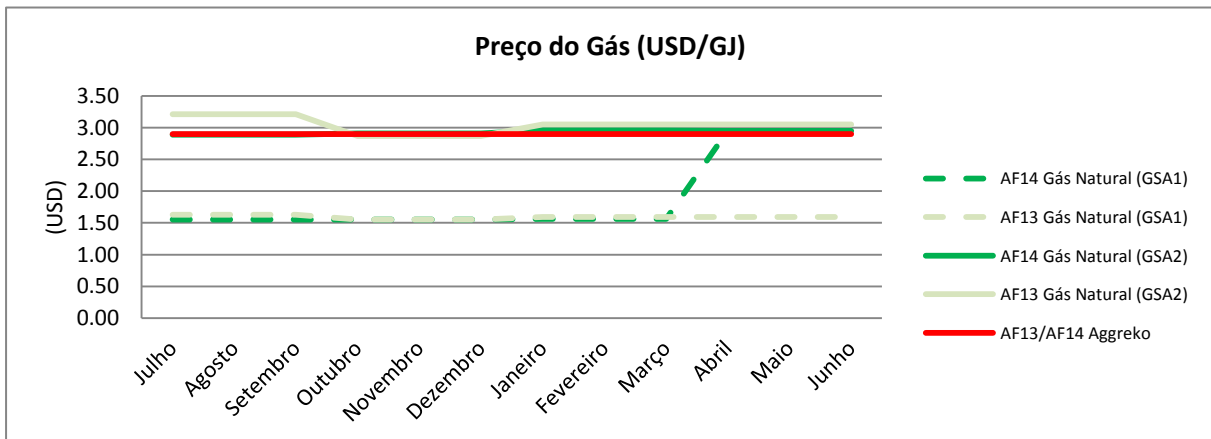
Em termos de condensado, registou-se um volume de vendas para o ano financeiro de 2014 de 14,72% inferior em relação ao período anterior de 2013 (AF13), devido as seguintes razões:

- Instabilidade política verificada entre os meses de Novembro de 2013 e meados de Fevereiro de 2014 no troço Muchungue ao rio Save, na estrada Nacional (N1) que resultou na paragem de escoamento do Condensado a partir da central de processamento para Porto da Beira. A empresa Temane Trading invocou Força Maior no transporte de condensado durante esse período.
- A produção a partir dos furos de Temane foi otimizada para minimizar a produção de condensado e a sua re-injecção no subsolo. Contudo, apesar dessas medidas, o condensado era ainda produzido e os tanques de armazenamento do CPF chegaram mesmo a atingir os seus níveis máximos de aproximadamente 30 000 barris em 12 de Novembro 2013, quando a re-injecção do condensado iniciou.

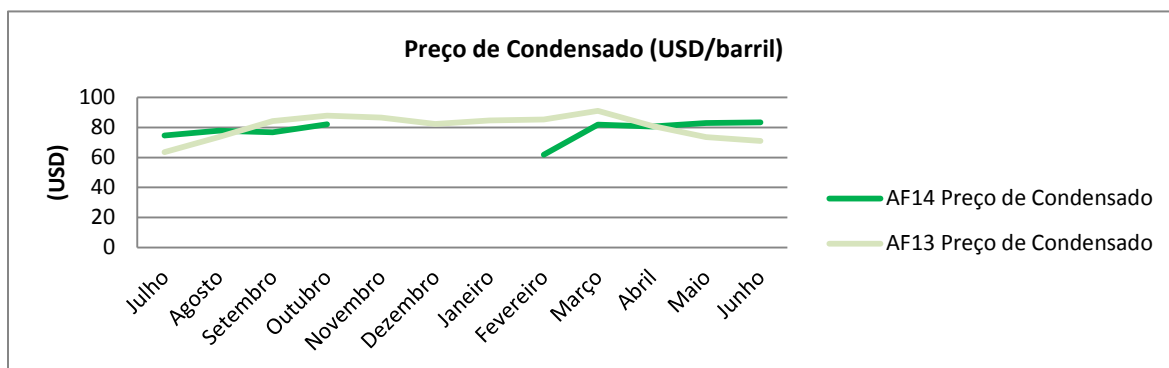
No dia 20 do mês de Fevereiro, a re-injecção do condensado parou e o transporte foi re-iniciado e o primeiro descarregamento foi feito nos tanques da Matola Petromoc, trocando-se assim o armazenamento do condensado da Beira para Maputo, até que o uso do Porto da Beira estivesse seguro para realizar as suas operações.

2.2.2 Preço de Gás Natural e Condensado

No geral, os preços do gás natural e condensado para os 12 meses findos em 30 de Junho 2014 foram inferiores comparativamente ao mesmo período anterior de 2013 (AF13), devido ao decréscimo do preço de petróleo no mercado internacional. Contudo, a remoção dos limites máximos e mínimos (*Cap e Collar*) no primeiro contrato de venda de gás (GSA1) a partir de 1 Abril, depois de 10 anos de início de produção, contribuiu para a minimização da queda do preço médio anual de gás do consórcio.



- A média ponderada do preço de gás natural para o GSA-1 foi de USD1.91/GJ o que representa um acréscimo em 20.13% comparado com o período anterior AF13 de USD 1.59/GJ devido a remoção do *Cap e Collar* no último trimestre do ano financeiro 2014 (AF14) que era imposto ao contrato GSA1 e contribuiu para o aumento do preço médio de gás relativamente ao período de relato.
- A média ponderada do preço de gás para o contrato GSA-2 foi de USD2.93/GJ que é 3.93% menor em relação ao preço de gás do AF13 de USD 3.05/GJ.
- A média ponderada do preço de gás de USD2, 90/GJ que está de acordo com o preço de gás anterior para AF13 de 2.90/GJ.



- A média ponderada do preço de gás de condensado no âmbito do Acordo de Venda de Condensado (CESA) foi de USD79.75 por barril, que é 0.86% inferior ao preço praticado no exercício anterior AF13 de USD 80.44 por barril, devido a queda dos preços do Petróleo Brent e Naphtha no mercado internacional.

2.3 Imposto sobre a produção de petróleo (Royalty)

O imposto sobre a produção do petróleo, levado em espécie pela Matola Gas Company (MGC) e pela Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH) a partir de Julho de 2013 a Junho de 2014 foi 10.45% superior do que o gás levado no período anterior de 2013. Isto deveu-se ao aumento do consumo do gás doméstico durante o período reportado.

2.4 Revisão das Operações

2.4.1 Operações nos campos de gás

A produção de gás e condensado desde o último relatório é a seguinte:

- A produção média de gás do PPA (Acordo de Partilha de Produção) no quarto trimestre foi de 428 mmscf/d (Milhões de pés cúbicos-padrão por dia).
- A produção de gás diminuiu em 8 mmscf/d no segundo trimestre comparativamente ao primeiro trimestre de 2014, devido as baixas encomendas.
- A produção média do condensado no quarto trimestre foi de 1257 STB/d (Barris por dia).
- A produção de condensado aumentou em 300 STB/d (barris por dia) no segundo trimestre comparativamente ao primeiro trimestre de 2014 devido ao restabelecimento normal das operações de produção de gás dos reservatórios de Temane.

No geral, a produção média de gás foi de 432mmscf/d no ano financeiro de 2014 (AF14) comparado com ano anterior (AF13) que foi de 382mmscf/d, e aumentou para 50MMscf/d com um rácio médio de contribuição de 30% do campo de Temane e 70% do campo de Pande, devido maiores encomendas.

A produção de condensado foi de 1009 bbl/d (barris por dia) em 2014, que é 15% inferior em relação ao período anterior (AF13) que foi de 1183bbl/d. A baixa produção de condensado foi principalmente devido a redução da produção de gás dos reservatórios de Temane causado pela instabilidade política na EN1 (Estrada Nacional Nr.1) desde Outubro de 2013 a meados de Fevereiro de 2014 que, resultou na paralisação de transporte de condensado da central de processamento (CP) para Beira e consequentemente perdas de vendas de condensado e algum condensado foi re-injectado.

De Novembro a Dezembro de 2013, um total de 55 980 barris de condensado foi re-injectado no furo T-23.

Fugas de gás detectadas no Pande-4

Em 1965 ocorreu uma explosão no Pande-4 durante a preparação para o teste de produção e provocou a queima de gás. O fogo durou 495 dias até que foi direccionado a um furo de alívio, Pande 4-D que foi perfurado para estancar a explosão pela injeção da lama de alta densidade, no horizonte G-11 (Grudja 11). O furo foi abandonado na campanha de perfuração de 2007.

Em Fevereiro de 2014 foram detectados indícios de gás e água na superfície do furo. A SPI (Sasol Petroleum Internacional) contratou a companhia Wild Well para investigar a proveniência da água e do gás bem como apresentar uma proposta do plano de remediação do furo Pande-4.

A Companhia Wild Well está a investigar as causas que originaram tais indícios de gás e água no Pande-4, através de um estudo de geologia estrutural da área de Pande e avaliaram o impacto da migração do gás através das falhas estruturais.

Por forma a garantir um isolamento permanente, a empresa Wild Well propôs duas opções que estão em análise, nomeadamente:

- Pesquisa aérea com recurso a tecnologia electromagnética.
- Pesquisa em terra com recurso a gravidade na superfície e a tecnologia NSAMT (Natural Source Audio Magnetic Tellurics).

Estas opções ainda estão sendo avaliadas.

2.4.2 Operações na Central de Processamento (CP)

As encomendas globais diárias foram alcançadas ao longo do período sem exceder os 2% de excesso de entrega. Contudo, ao longo do período reportado, ocorreram os seguintes eventos:

- O fluxo de produção de gás foi mantido constante com uma pressão de exportação de 123 bars e isto resultou em encomendas não alcançadas na ordem de 0.145% e 0.60%, nos dias 11 e 12 de Julho de 2013 por 0.145% e 0.60%, respectivamente.
- Projecto para operação de limpeza da conduta de transporte de gás de Pande a Temane (Pande Pig traps): o benefício para as operações foi alcançado em Novembro de 2013 com a operação de limpeza da conduta de transporte de Pande. O processo de entrega do projecto está em progresso.
- A unidade 62, a turbina movida a gás do compressor de alta pressão (HP) foi substituída e testada satisfatoriamente no dia 22 de Agosto de 2013.
- A Planta foi paralisada no dia 29 Dezembro de 2013 para permitir testes na válvula de segurança, ESD (Emergency Shut Down) como também permitir a ligação das linhas de produção do projecto de compressão de baixa pressão à central de processamento.
- A turbina movida a gás modificada e instalada na unidade 62 avariou por várias vezes devido a perda de sensor de velocidade do equipamento.
- O equipamento da cromatografia de gás (leitura da especificação de gás) lia somente valores padronizados devido a danos no sistema electrónico do seu leitor. Entretanto o valor calorífico e o índice do “Wobe” foram obtidos a partir de uma amostra laboratorial durante o período em apreço.

Contudo, durante o período foi levada a cabo a manutenção para minimizar avarias e as perdas de produção como vem mencionado abaixo:

- Houve programas de manutenção anual no mês de Novembro nas unidades 51 (unidade de condensação de gás) e 41 (unidade de desidratação do gás). Duas válvulas de isolamento foram substituídas nas unidades 51 e 41, respectivamente.
- A unidade 61, compressor de alta pressão foi paralisado para a reparação da turbina movida a gás.
- O cromatografo Daniel GC de gás que apresentava danos no seu leitor foi substituído durante o mês de Abril de 2014, contudo ainda enfrenta alguns problemas; não estabelece comunicação com os sistemas de controlo do equipamento. Medidas foram tomadas para solucionar o problema. Um especialista do equipamento viajou para Temane para estabelecer a comunicação entre os sistemas.
- O campo de Pande foi paralisado no dia 10 Agosto 2013 para a instalação dos lançadores e receptores do dispositivo de limpeza da linha de transporte de gás de Pande a Temane no “manifold” de Pande e nas instalações de entrada gás na CP.
- As operações de “Wire line” ainda continuam com as pesquisas das diagráfias eléctricas dos furos e o programa de verificação dos V-cones (medidores multifásicos de gás).

2.4.3 Projecto de expansão

2.4.3.1 Questões pendentes com o fornecedor dos compressores de alta pressão da Man Diesel Turbine (MDT)

Progresso desde o último relatório foi o seguinte:

- Testes das turbinas movidas a gás ainda estão em progresso.
- Uma das turbinas reparadas foi instalada na unidade 61 (estação de compressão 1).
- A repetição dos testes nas turbinas reparadas está em progresso.

- Na sequência do teste sobre avarias grossas que foi levado a cabo no dia 13 Abril 2014, a turbina não foi capaz de arrancar com o funcionamento e pareceu estar encravado e voltou a funcionar depois de ter-se refrigerado várias horas.
- O Segundo teste de avaria foi levado a cabo no dia 14 Abril 2014, tendo se verificado o mesmo resultado, e as pás da unidade não tiveram a rotação pretendida, isto depois de ser refrigerado por vários dias;
- Um representante da MAN para serviços de compressores visitou a CP no dia 30 de Abril de 2014 para assistir os testes. As turbinas foram eventualmente postas em funcionamento manualmente no dia 2 de Maio de 2014 e depois foi restabelecido o controlo automático.
- As unidades das turbinas encravaram outra vez depois de uma paralisação planificada da planta que foi levada a cabo no dia 3 de Maio de 2014.
- No dia 4 de Maio de 2014, uma unidade foi posta em rotação e foi reiniciado a operação depois de se verificar que o baroscópio não revelava nenhuma inconveniência.
- Os Testes com as turbinas foram paralisadas e a MAN Turbo foi informada de que os testes fracassaram e a Sasol Petroleum Temane (SPT) esta aguardar da resposta da MAN Turbo.

Opção de substituição dos compressores de alta Pressão

O estudo de viabilidade foi concluído pela companhia Fluor em 2013 e os aspectos económicos foram avaliados relativamente as opções que variam de:

- A quinta (5) linha de produção adicional mais a substituição de 3 compressores
- Substituição das quatro (4) unidades de compressão existentes.

A opção mais viável até ao período reportado é de instalação da quinta unidade mais a substituição de 2 unidades mantendo as outras duas (2) existentes.

A SPI está em processo de obter aprovação dos parceiros para começar com o estudo de viabilidade, “FEED” (Front-End Engineering Design).

2.4.3.2 Projecto de compressão de baixa pressão

Em termos gerais, o progresso dos trabalhos está a 38% contra 44% do planificado. Contudo durante o período, houve alguns marcos que foram alcançados como vem mencionado a seguir:

- Foi concluído 90% da configuração do modelo do projecto em Março de 2014.
- As companhias Goss & Balfe foram indicados como os principais empreiteiros responsáveis pela parte mecânica e das linhas de transporte de gás na unidade de baixa pressão em Abril de 2014.
- Os compressores da Solar já foram descarregados no porto Richards Bay.
- Obras civís para a sub-estação e os compressores estão sendo realizados pela empresa (Stefanutti and Stocks) com um bom progresso.
- 48% de toda configuração do projecto foi atingida para a construção.
- A fabricação dos refrigeradores de ar a partir da empresa GEA está de acordo com o cronograma de actividades de construção.

A entrega dos separadores continua a ser uma preocupação, mas no entanto a sua fabricação já começou nas oficinas do fornecedor.

2.4.4 Projecto de GPL (Gás de Petróleo Liquefeito) /Gás doméstico

Verificou-se um progresso significativo durante o período reportado. Estudos de Engenharia começaram em Abril.

Até ao momento a opção mais viável é de avançar-se para um projecto combinado com o condensado da área PPA (acordo de produção de petróleo) e o petróleo leve da área do PSA (Acordos de partilha de produção) de modo a maximizar-se a produção do GPL nas condições do mercado e construindo-se deste modo uma planta de GPL economicamente viável.

Os dados recentes mostram que a área do PSA pode produzir acima de 5000 Baris de Petróleo por dia e isto poderá permitir a concepção de uma nova infra-estrutura de produção, como a seguir se indica:

PSA

- Construir toda infra-estrutura para estabilizar e armazenar seu condensado.
- Comercializar o condensado e o petróleo leve separadamente através de transporte rodoviário.

PPA

- Construir a segunda coluna para recuperar o GPL somente da fase gasosa (restabelecendo todo o petróleo leve do PSA) e construir um tanque de armazenagem e infra-estruturas de carregamento de GPL.
- Compra de gás a partir da primeira coluna de remoção de componentes leves a um preço acordado e GPL ao mesmo preço por GJ.
- Vender todo GPL na entrada do CPF para terceiros.
- Estudos económicos para estes casos foram apresentados aos parceiros em Junho de 2014 e a decisão final para o investimento (FID) é esperada para Fevereiro de 2015.

2.4.5 Assuntos legais e comerciais

Durante o presente ano, os Parceiros da UJO foram contactados pela Sasol Petroleum Mozambique Limitada (SPM), manifestando o interesse em usar as Instalações do CPF da área de PPA, para a produção de hidrocarbonetos líquidos provenientes da área do PSA. A negociação dos termos e condições do Contrato para a recepção, transporte e processamento de hidrocarbonetos líquidos da área do PSA, bem como a devolução de tais hidrocarbonetos e venda dos hidrocarbonetos misturados encontra-se numa fase bastante avançada.

Relativamente à venda de gás no mercado moçambicano, os Parceiros da UJO receberam, no dia 12 de Fevereiro de 2014, uma carta da Central Térmica de Ressano Garcia (CTRG), invocando Força Maior resultante da demora na: (i) construção de Instalações de Fornecimento, no âmbito do Contrato de Transporte de Gás e (ii) conclusão das suas instalações de geração de energia, ao abrigo do Contrato de EPC. A Data de Início do Contrato de Venda de Gás da CTRG deve ocorrer a 31 de Agosto de 2014. Por isso, a 28 de Fevereiro de 2014, a SPT, actuando na qualidade de Coordenador das Vendedoras, enviou uma carta à CTRG comunicando a posição das Vendedoras, de rejeição da referida

invocação de Força Maior, pelo facto de não terem sido apresentadas provas, tendo solicitado o envio de provas da alegada Força Maior. Em resposta, no dia 14 de Março de 2014, a CTRG enviou outra carta às Vendedoras, providenciando informação adicional sobre a invocação de Força Maior. De acordo que a referida informação adicional, o Operador da UJO é de opinião favorável a tal invocação de Força Maior. A UJO continua em contacto com a CTRG no sentido de saber quando é que a Data de Início irá ocorrer.

O Contrato de Venda de Gás à Aggreko, datado de 15 de Junho de 2012, terminou a 30 de Junho de 2014 e a Quantidade Contratual Total de 18.6MGJ foi levada na totalidade. Em Março do ano em curso, a Aggreko contactou os Parceiros do Consórcio, solicitando a venda de quantidades adicionais de gás que variam entre os 875 000 e 950 000 GJ, a serem vendidas a um preço de USD 3.10/GJ, durante os meses de Maio e Junho de 2014. Desse modo, foi assinado um Addendum ao Contrato de Venda de Gás à Aggreko, com efeitos a partir de 30 de Maio de 2014, através do qual apenas foram efectivamente vendido de 51 735.22 GJ de gás.

No que diz respeito às alterações à legislação e a pedido da Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA), os Parceiros no Consórcio apresentaram comentários à proposta de Lei de Petróleos, apreciada pela Assembleia da República na sua IX sessão ordinária (de 19 de Fevereiro a 12 de Agosto de 2014).

O regulamento da Lei de Petróleos continua em revisão.

Relativamente ao regime fiscal do sector de petróleo e minas, encontram-se em curso discussões sob a direcção do Ministério das Finanças, pelo que após a sua conclusão, a proposta será submetida ao Conselho de Ministros para posterior submissão à Assembleia da República.

Na sequência da admissão de Moçambique como membro da Iniciativa para a Transparência nas Indústria Extractiva (ITIE), o Ministério dos Recursos Minerais (MIREM) aventou a possibilidade de publicar de todos os Contratos em vigor no sector dos recursos minerais. Para o efeito, o MIREM enviou uma carta manifestando o interesse do Governo em tornar público os nossos Contratos de Concessão, solicitando autorização nesse sentido. Desse modo, os Parceiros da UJO aprovaram a publicação pelo MIREM do Contratos de Produção de Petróleos (PPA).

A Assembleia da República aprovou alterações ao Código de Impostos Sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas, através da Lei nº 19/2013 de 23 de Setembro. Sendo que, a principal alteração foi na introdução de Impostos sobre Ganhos de Capitais (IGC) provenientes de transferências directas e indirectas de activos localizados em Moçambique. O IGC é aplicado mesmo quando ocorram transferências fora de Moçambique, nas quais a transferência é considerada como se tivesse ocorrido no território moçambicano, estando por isso sujeita à tributação em Moçambique, independentemente de ter havido ou não pagamentos ou transferência. A referida alteração entrou em vigor a 1 de Janeiro de 2014.

Decorrem discussões ao nível do Governo visando a proposta de alteração de contratação de cidadãos estrangeiros no sector de minas e petróleos (Decreto nº 63/2011, de 7 de Dezembro), bem como alterações relativas ao decreto de aplicação geral (Decreto nº 55/2008, de 30 de Dezembro) e a alteração ao Código do IVA (Lei nº 32/2007, de 31 de Dezembro), no sentido de minimizar questões relativas ao reembolso do IVA, especialmente relacionadas com a exploração e desenvolvimento de sector de petróleos e minas. O projecto da Lei do IVA propõe a extensão das isenções para o sector de petróleos e minas.

A 21 de Outubro de 2013, foi realizado um seminário para a discussão da proposta da Política sobre a Responsabilidade Social Corporativa no âmbito da indústria extractiva e da Política e Estratégia para o sector dos recursos minerais. O Seminário permitiu ocultar todas as contribuições e comentários para a implementação eficaz desses instrumentos legais. A Política sobre a Responsabilidade Social Corporativa visa traçar as linhas gerais para investimentos sociais não obrigatórios, que as indústrias extractivas desejem realizar em benefício das comunidades, tendo sido aprovada pela Resolução nº 21/2014, de 16 de Maio. Enquanto que a Política e Estratégia dos recursos minerais, que inclui os hidrocarbonetos, foi aprovada a 31 de Dezembro de 2013, pela Resolução nº 89/2013.

Não há litígios a reportar para este período.

2.4.6 Assuntos de Segurança, Saúde e Ambientais

O bom desempenho global de segurança, saúde & ambiente (SS&A) e o progresso contínuo na implementação das iniciativas relacionadas de SS&A da Sasol estão a ser mantidos.

Os programas de gestão de saúde ocupacional continuaram a ser bem geridos e foi evidente um bom progresso no alcance de indicadores de desempenho da segurança básica.

Uma auditoria de rotina sobre as normas ISO 9000 (referente a qualidade), 14001 (ambiente) e OHSAS 18001 (saúde ocupacional) teve lugar na CP pela companhia alemã TUV (*Technischer Überwachungs-Verein*) e foram encontrados dois desvios, contudo um plano de acção foi accionado e actualmente todos desvios encontrados estão sendo mitigados.

O plano de gestão ambiental tem sido bem implementado assim como o plano denominado a voz verde que foi transmitido a todos trabalhadores na CP. Ambos os planos têm tido um impacto positivo nos trabalhadores da CP e as empresas de prestação de serviços.

O oficial de relações públicas tem feito sessões com as comunidades locais numa base mensal, ou sempre que necessário, a fim de discutir e explicar aspectos ambientais relevantes, tais como a gestão de queimadas de florestas.

Em Outubro de 2013, o MICOA visitou o CPF, a fim de conduzir uma inspecção ambiental. No decurso desta inspecção nenhuma inconformidade foi detectada.

2.4.7 Responsabilidade Social Empresarial (RSE)

A Responsabilidade social é uma parte integral da política do consórcio para o desenvolvimento sustentável das comunidades localizadas na província de Inhambane, onde se realizam as actividades operacionais do Projecto de Gás Natural de Pande e Temane.

No período de Junho de 2013 a Julho de 2014, o consórcio implementou projectos nas áreas da educação, desenvolvimento comunitário, água e saúde que totalizaram um investimento de cerca de USD 2 353 111, dos quais 25% correspondem a comparticipação financeira da CMH.

Durante o ano, os projectos de responsabilidade social tiveram como objectivo principal melhorar o acesso aos cuidados de saúde e qualidade dos mesmos através da construção de infra-estruturas, fornecimento de equipamento hospitalar e capacitação de profissionais de saúde que actuam nas comunidades locais. Neste contexto, investiu-se na construção de três centros de saúde em Temane, Benzane e Pambara e uma residência para o médico da clínica de Mangungumeta.

Com vista a melhoria da qualidade dos serviços de saúde, foram realizadas sessões de capacitação em controlo de infecções em onze centros de saúde baseados em Govuro, Vilanculo, Inhassoro e Funhalouro para responder ao défice de medidas de controle de infecções na região. Para além destas acções, foram disponibilizados equipamentos hospitalares e supervisores aos formandos no âmbito do reforço das práticas recomendadas durante as sessões de capacitação.

Em relação a educação pública e ao desenvolvimento comunitário, foram concluídas e entregues seis salas de aula, um ginásio e um pequeno sistema de abastecimento de água na escola secundária de Doane e quatro salas de aula para a escola primária de Mangungumeta.

Para assegurar maior acesso à água potável, quatro poços de água foram entregues às comunidades em Govuro e Inhassoro assim como, seis sistemas de abastecimento de água em Maimelane, Pambara, Mangungumeta, Muabsa, Govuro, Inhassoro e Vilanculo.

3. Actividades da CMH

3.1 Actividades Legais

Durante o primeiro trimestre de 2014, a CMH submeteu à Autoridade Tributária e ao MIREM os seus comentários à proposta de Lei sobre o Regime Tributário para a Indústria Petrolífera. Importa salientar que a aprovação desta legislação não afectará o regime fiscal do Projecto de Gás Natural de Pande e Temane.

A CMH esteve envolvida em negociações de propostas de Contratos a serem assinados entre os Parceiros da UJO e a SPM, relativamente ao processamento de hidrocarbonetos líquidos provenientes da área do PSA, pertencente à SPM como resultado do desenvolvimento inicial da referida área; a CMH esteve igualmente em negociações para a venda conjunta de Condensado da área do PPA e de hidrocarbonetos líquidos provenientes da área do PSA, tendo em conta que o Contrato de Venda de Condensado assinado com a Temane Trading terminou a 30 de Junho de 2014.

Durante o ano findo a 30 Junho de 2014, o Conselho de Administração, reunido a 20 de Agosto de 2013, aprovou a revisão: (i) da Estrutura Orgânica da CMH, (ii) do Regulamento Interno, (iii) do Quadro de Pessoal e Qualificador de Ocupações Carreiras Profissionais e Funções, para o período 2014-2018, bem como (iv) da Tabela Salarial e Remunerações adicionais.

Não há litígios a reportar para este período.

3.2 CMH no Mercado da Bolsa de Valores

Durante este ano, houve o registo de uma variação positiva no valor das acções da CMH, de 350 para 450 Meticais e desde então têm-se verificado uma tendência de estabilidade na cotação de tais acções. Tal variação positiva representa um avanço significativo no preço das acções e começa a reflectir o aumento do valor da Sociedade, em termos de rentabilidade e de fluxos de caixa.

3.3 Recursos Humanos

Durante o exercício fiscal 2013/2014 as estratégias de recursos humanos adoptadas tem sido cruciais para que a CMH se mantenha no caminho do sucesso. A CMH foi distinguida pela empresa de consultoria, KPMG, e organizadora do evento “100 Maiores Empresas de Moçambique”, como a melhor empresa em termos de volume de negócio por trabalhador, com um volume de 100 milhões de Meticais por trabalhador.

De modo a alcançar a eficiência e trabalho de alta qualidade, os seguintes instrumentos de regulamentação interna foram alterados: Estrutura Organizacional, Regulamento Interno e o Quadro de Pessoal e Qualificador de Ocupações, Carreiras Profissionais e Funções Comuns. Das alterações levadas a cabo, é de se realçar a criação do Sector de Relações Públicas, Responsabilidade Social e Marketing que tem como objectivo principal a promoção da imagem corporativa da CMH a nível nacional e internacional, bem como a criação do Sector de Tecnologias de Informação e Comunicação de modo garantir o suporte interno nesta área.

No final de Junho de 2014 a CMH contava com 25 trabalhadores, representando um incremento de 25% da força laboral comparada com o ano anterior. Para melhor responder ao crescimento das actividades da Sociedade, um processo de recrutamento e selecção teve lugar no exercício fiscal em referência e das cerca de cem candidaturas recebidas, foram contratados um Engenheiro de Produção, uma Técnica Superior de Recursos Humanos e uma Técnica Superior de Relações Públicas, Responsabilidade Social e Marketing.

O Dr. Issufo Abdulá, Geólogo Especialista da CMH e então coordenador da Direcção Técnica desde Março de 2008, completou 65 anos de idade e neste momento aguarda pela conclusão do processo da sua reforma, enquanto continua a dar seu contributo à CMH como assessor. Por outro lado, em Abril de 2014, o Eng.º Martinho Missal foi nomeado Chefe do Sector de Produção e coordenador da Direcção Técnica.

Com a vista a estruturação do Sector de Relações Públicas, Responsabilidade Social e Marketing e a concepção do plano de Marketing para os próximo cinco anos foi contratado um consultor independente que trabalhou com a recém contratada Técnica Superior de Recursos Humanos e uma Técnica Superior de Relações Públicas, por um período de nove meses.

A CMH investiu cerca de USD 300.000,00 na formação profissional de seus trabalhadores em matérias específicas de petróleo e gás natural, no âmbito da sua política de capacitação contínua dos seus trabalhadores para melhor responder aos desafios presentes e futuros.

No princípio de 2014 a CMH iniciou o processo de implementação do sistema de gestão SAP Business 1 para melhor levar a cabo as operações da área contabilística, financeira e de recursos humanos. Se no final deste processo os resultados forem satisfatórios, como têm sido até ao momento, a CMH planeia expandir a implementação do referido sistema para outras áreas de gestão.

3.4 Responsabilidade Social Empresarial

Um dos maiores desafios da CMH para o ano financeiro de 2014 foi a criação de um sector de responsabilidade social autónomo com o objectivo de fortalecer a contribuição da empresa para o desenvolvimento socio-económico das comunidades moçambicanas.

Deste modo, foi contratado um consultor para organizar o sector e preparar um plano de marketing para os próximos anos.

Durante o ano financeiro 2014 (AF14), a Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos investiu um montante de USD 679 364 em projectos sociais nas áreas da educação, desenvolvimento das comunidades, cultura e desporto, com especial ênfase no tema educação e juventude.

Na área de desenvolvimento das comunidades, a CMH financiou a segunda fase do Projecto de Expansão da Rede de Distribuição de Gás Natural, que irá permitir o uso de gás canalizado nas residências de cerca 400 famílias e industrias locais em Vilanculo, Inhassoro e Govuro. Este projecto tem como objectivo aliviar a pobreza nestas regiões visto que o gás é uma fonte de energia mais acessível em comparação com outras fontes

como o carvão e a lenha que tendem a escassear.

Neste âmbito, a CMH também adquiriu um tractor o projecto Agro-Puná localizado na aldeia Paulo Samuel Kakhomba no distrito de Boane, a fim de acrescer os meios de subsistência da comunidade e a sua renda.

No campo de acção da educação, continuou com os apoios à Escola Primaria da Ilha Josina Machel que consistiram na reabilitação da escola, construção de um sistema de abastecimento de água e instalação de electricidade. Para além dessas acções, no âmbito das comemorações do dia da criança, a CMH ofereceu à escola, mobiliário e material escolar e com vista a melhorar as condições de ensino e aprendizagem deixando estas crianças de sentar no chão para assistirem as aulas.

No âmbito da cultura, a CMH apoiou a produção de álbuns de vários músicos moçambicanos e adquiriu instrumentos musicais para os estudantes da Escola Nacional de Música, como parte do apoio ao projecto Xiquitsi que visa a ajudar as crianças de baixa renda a desenvolver o gosto pela música e prevenir a delinquência.

Patrocinou igualmente, actividades de várias organizações da sociedade civil que contribuem para o progresso socio-económico do País.

No âmbito da valorização e bem-estar dos colaboradores, organizou eventos internos como forma de contemplar os colaboradores nas acções de responsabilidade social da empresa.

3.5 Empresa-mãe e sociedade gestora de participações

A CMH é controlada pela Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, EP (ENH), empresa pública, que detém 70% das acções da CMH (classe B); pelo Estado moçambicano, representado pelo Instituto de Gestão das Participações do Estado (IGEPE), que detém 20% das acções (classe A); os restantes 10% das acções (classe C) são detidos por entidades privadas nacionais.

3.6 Assembleia Geral

A 20 de Setembro de 2013, foi realizada a Assembleia Geral, onde foram aprovados o Relatório de Gestão e Financeiro para o ano findo a 30 de Junho de 2013, bem como a distribuição de lucros. Os accionistas maioritários solicitaram a alteração para até 75% da Política de Distribuição de Dividendos e o envio do pedido, para a aprovação pelos

Financiadores. Ainda no mesmo encontro, foi homologado o Contrato de Venda de Gás assinado com a Central Térmica de Ressano Garcia (uma empresa entre a EDM e a Sasol New Energy), para a venda de 11 MGJ de gás natural por ano; Foi igualmente aprovada a KPMG como auditora da CMH para os anos fiscais de 2014, 2015 e 2016; e foram eleitos os novos membros do Conselho de Administração. A acta do encontro foi enviada aos accionistas e aos Financiadores da CMH (AFD e DBSA). A referida acta foi igualmente publicada na página de internet da CMH.

3.7 Demonstrações financeiras preparadas em conformidade com as NIRF

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF) e as interpretações do Comité de Interpretação sobre Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRIC), do período findo em 30 de Junho de 2014.

3.8 Gestão da dívida

3.8.1 Serviço da dívida

Durante este exercício findo em 30 de Junho de 2014, a CMH cumpriu as obrigações relacionadas com o serviço da dívida dos primeiros e segundos contratos de empréstimos. Um montante total de USD 18 853 557 foi pago como serviço da dívida durante este ano, sendo USD 14 161 277 relativos a amortização do capital e USD 4 692 280 relativos a juros, conforme demonstrado na tabela abaixo.

(USD)

	30-Setembro-2013		15-Dezembro-2013		31-Março-2014		15-Junho-2014		Total AF 14	
	Juros	Capital	Juros	Capital	Juros	Capital	Juros	Capital	Juros	Capital
DBSA Tranche A	372,000	1,388,889	-	-	318,500	1,388,889	-	-	690,500	2,777,778
DBSA Tranche B	-	-	768,997	1,821,526	-	-	711,736	2,496,282	1,480,733	4,317,808
AFD Empréstimo A	401,941	1,336,778	-	-	342,638	1,336,778	-	-	744,579	2,673,556
AFD Empréstimo B	-	-	916,553	1,852,882	-	-	859,915	2,539,253	1,776,468	4,392,135
TOTAL	773,941	2,725,667	1,685,550	3,674,408	661,138	2,725,667	1,571,759	5,035,535	4,692,280	14,161,277

3.8.2 Rácios Financeiros

O acordo assinado com a AFD e DBSA em 20 de Maio 2010 permite a CMH pagar dividendos não excedendo 50% do lucro líquido, após o período de disponibilidade. O pagamento dos mesmos está sujeito a determinados rácios financeiros calculados numa base semestral, nomeadamente:

Rácios	30 de Junho de 2013	31 de Dezembro de 2013	30 de Junho de 2014	Nível de Dividendos (APP) ^a	Nível de Incumprimento (APP)
Rácio de Projecção Anual de Cobertura do Serviço da Dívida	1.65	3.62	3.73	1.5	1.35
Rácio Histórico Anual de Cobertura do Serviço da Dívida	4.05	3.20	2.42	1.5	1.35
Rácio de Cobertura do Empréstimo	5.44	6.03	6.11	2.0	1.6
Rácio Dívida / Capital	33:67	31:69	26:74	N/A ^b	70:30

a. AAP – Após o período de disponibilidade

b. Não Aplicável

3.9 Investimento de curto prazo (Investimentos Permitidos)

3.9.1 Contas no estrangeiro (*Off-Shore*)

De acordo com os contratos de financiamento, os financiadores (AFD e DBSA) autorizaram a CMH a investir até 70% do saldo nas contas *offshore* (conta de Reserva do Serviço da Dívida, conta de Reserva de despesas de Investimento e conta de Receitas) em depósito a prazo no Standard Bank da África do Sul Lda. Durante este exercício, um montante médio de USD 83 183 296,19 foi investido trimestralmente a uma taxa de juros média de 0,45% e o total de juros auferidos foi de USD 356 294,97.

3.9.2 Contas no país (*On-Shore*)

De modo a obter juros razoáveis nas contas correntes (on-shore) a CMH convidou vários bancos Moçambicanos a apresentarem propostas de termos e condições para remuneração dos depósitos correntes nessas contas. A melhor proposta foi oferecida pelo Barclays Bank Moçambique, por um período de 12 meses (a segunda melhor proposta ofereceu taxa de juros mais altas, mas os custos transaccionais são muito caros quando comparado com esta proposta do Barclays Bank). Desde 1 de Abril 2014, as seguintes taxas locais estão a ser aplicadas: 4,5% para conta em Meticais e 0,5% para conta em USD, sem obedecer qualquer condição de saldo mínimo.

3.10 Alteração de políticas contabilísticas

Não houve alterações das políticas contabilísticas no ano financeiro de 2014.

3.11 Dividendos pagos e declarados

Tendo em conta os Estatutos da CMH, a Política de Dividendos aprovada, os compromissos existentes com os Financiadores e o fim do período de disponibilidade dos empréstimos da expansão, a CMH distribuiu dividendos aos seus accionistas referentes aos exercícios financeiros 2011 e parte de 2012, em September 2013, Dezembro 2013 e em Abril 2014, num montante total de USD 11.950.000. O pagamento teve como base o desempenho financeiro da CMH.

O total de dividendos pagos até à data atingem o montante de USD 32.927.820, o que representa 53% dos dividendos declarados, como mostra a tabela abaixo:

Ano Financeiro	Data da Assembleia Geral	% Dividendos sobre os lucros	Total de dividendos declarados	Dividendos distribuídos	Dividendos pagos no AF14	Dividendos distribuídos (%)	Data de distribuição	Saldo declarado sujeita à aprovação dos financiadores para a distribuição
AF06*	14/12/2007	49%	6 427 076	2 217 820		35%	Jan-09	4 209 256
AF07*	19/06/2008	50%	2 911 101	-		0%	-	2 911 101
AF08**	11/12/2008	25%	5 253 297	5 253 297		100%	Ago-10, Mar-11, Set-11, Abr-12 e Nov-12	-
AF09**	26/11/2009	25%	4 427 978	4 427 978		100%	Nov-12	-
AF10**	11/11/2010	45%	4 171 003	4 171 003		100%	Dez-12	-
AF11**	29/11/2011	45%	10 420 453	4 907 722	5 512 731	100%	Abr-13, Set-13 & Dez-13	-
AF12**	27/11/2012	50%	14 340 592	-	6 437 269	45%	Apr-14	7 903 323
AF13**	20/11/2013	50%	14 701 320	-	-	0%	-	14 701 320
Total			62 652 820	20 977 820	11 950 000	53%		29 725 000

* Dividendos a distribuir entre os accionistas ENH (80%) e o Estado Moçambicano (20%)

** Dividendos a distribuir entre os accionistas ENH (70%), e o Estado Moçambicano (20%) e o Sector Privado (10%)

Esperamos que a percentagem de pagamento dos dividendos declarados continue a subir e a acompanhar o aumento da capacidade financeira da empresa.

3.12 Eventos subsequentes

O Contrato de Venda de Gás assinado a 8 de Fevereiro de 2013, entre os Parceiros da UJO (SPT, CMH e IFC) como Vendedores e a Matola Gas Company como Compradora, para a venda de 8MGJ de gás por ano, teve início a 1 de Julho de 2014.

A 11 de Julho de 2014, foi assinado o Contrato de Venda de Hidrocarbonetos Líquidos, entre os Parceiros da UJO e a Trafigura PTE Ltd., para a venda de Condensado proveniente das áreas do PPA e de hidrocarbonetos líquidos provenientes das áreas do PSA, com efeitos a partir de 1 de Julho de 2014.

IV. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação justa das demonstrações financeiras, que compreendem o balanço em 30 de Junho de 2014 e a demonstração de resultados, a demonstração de alterações no capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa para o ano findo, assim como as notas às demonstrações financeiras, que incluem um sumário das políticas contabilísticas significativas e outras notas explicativas, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

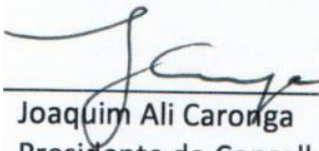
Os administradores são igualmente responsáveis pela concepção, implementação e manutenção de um sistema de controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada destas demonstrações financeiras que estão livres de distorções materiais, devidas quer a fraude, quer a erro; A selecção e aplicação de políticas contabilísticas apropriadas e o apuramento de estimativas contabilísticas que sejam razoáveis nas circunstâncias.

A responsabilidade inclui também a manutenção de registos contabilísticos apropriados, de um sistema efectivo de gestão de risco, o cumprimento de todas as leis e regulamentos relevantes da República de Moçambique, bem como a preparação de anexos suplementares incluídos nestas demonstrações financeiras.

O Conselho de Administração fez uma avaliação da capacidade da empresa continuar a operar com a devida observância do princípio da continuidade, e não têm motivos para duvidar da capacidade da CMH poder continuar a operar segundo esse princípio, no próximo ano.

Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da CMH, como acima indicado, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 18 de Agosto de 2014 e vão assinadas pelo:



Joaquim Ali Caronga
Presidente do Conselho de Administração

V. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES



KPMG Auditores e Consultores, SA
Edifício HOLLARD
Rua 1.233, Nº 72 C
Maputo, Moçambique

Telefone: +258 (21) 355 200
Telefax: +258 (21) 313 358
Caixa Postal, 2451
Email: mz-fminformation@kpmg.com
Web: www.kpmg.co.mz

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Accionistas da Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, SA

Procedemos à auditoria das Demonstrações Financeiras da Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, SA, que compreendem o balanço à data de 30 de Junho de 2014, a demonstração de resultados, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa do ano findo na mesma data, bem como um sumário das políticas contabilísticas significativas e outras notas explicativas, constantes das páginas 34 a 73.

Responsabilidade da Administração em relação às demonstrações financeiras

Os Administradores são responsáveis pela preparação e apresentação adequada destas demonstrações financeiras, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, assim como pela manutenção de um sistema de controlo interno que a gestão determinar como sendo pertinente para a preparação de demonstrações financeiras, que estejam livres de erros materiais, decorrentes de fraude ou erros.

Responsabilidade dos Auditores

A nossa responsabilidade é expressar uma opinião sobre estas demonstrações financeiras, com base na nossa auditoria. Conduzimos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Tais normas exigem o cumprimento de padrões de conduta ética na planificação e execução da auditoria, de modo a obter uma segurança razoável de que as demonstrações financeiras não apresentam erros materiais.



Uma auditoria inclui a execução de procedimentos que tenham em vista a obtenção de evidência de auditoria suficiente sobre os valores e divulgações nas demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de erros materialmente relevantes nas demonstrações financeiras, quer devidos a fraude ou a erros. Na execução desses procedimentos, o auditor considera os controlos internos relevantes para a preparação e apresentação adequada das demonstrações financeiras pela entidade, com o objectivo de definir os procedimentos de auditoria que, nas circunstâncias, se revelarem mais apropriados, mas não com o propósito de emitir uma opinião sobre a eficácia dos controlos internos da entidade. Uma auditoria também inclui a avaliação da adequabilidade das políticas contabilísticas utilizadas e da razoabilidade das estimativas contabilísticas efectuadas pela Administração, bem como, a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras como um todo.

Acreditamos que as evidências de auditoria obtidas são suficientes e apropriadas para nos permitir emitir o nosso parecer.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos materiais, a situação financeira da Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, SA, em 30 de Junho de 2014, assim como o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa do ano findo nessa mesma data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.



KPMG

Maputo

28 de Agosto de 2014

VI. BALANÇO

		30 de Junho de 2014	30 de Junho de 2013
(em USD)	Notas		
Activos			
Activos não – correntes			
Activos fixos tangíveis	4	216 061 179	201 039 572
Activos fixos intangíveis	5	9 736 030	10 385 099
Activos não – correntes		<u>225 797 209</u>	<u>211 424 671</u>
Activos correntes			
Inventários	6	1 232 740	1 437 865
Dívidas a receber entre empresas do grupo	7	215 543	431 086
Outros activos correntes	8	14 713 558	11 777 912
Caixa e equivalentes de caixa	9	133 702 961	115 955 680
Activos correntes		<u>149 864 802</u>	<u>129 602 543</u>
Total do activo		<u>375 662 011</u>	<u>341 027 214</u>
CAPITAIS PRÓPRIOS			
Capital social	10	25 286 649	25 286 649
Capital suplementar	11	4 000 000	4 000 000
Reservas legais		5 057 330	5 057 330
Reservas de investimento		14 296 822	14 296 822
Resultados acumulados		139 629 242	113 731 900
Total de capitais próprios		<u>188 270 043</u>	<u>162 372 701</u>
PASSIVO			
Passivos não – correntes			
Empréstimos obtidos	12	50 629 525	65 768 771
Provisões	13	56 692 020	47 555 564
Outros devedores e credores	14	143 691	85 382
Impostos diferidos	18	51 191 497	45 648 403
Passivos não – correntes		<u>158 656 733</u>	<u>159 058 120</u>
Passivos correntes			
Empréstimos obtidos	12	15 139 247	14 161 276
Outros credores	14	5 675 710	4 184 409
Imposto sobre o rendimento	18	7 901 883	1 232 308
Dívidas a pagar entre empresas do grupo	7	18 395	18 400
Passivos correntes		<u>28 735 235</u>	<u>19 596 393</u>
Total do passivo		<u>187 391 968</u>	<u>178 654 513</u>
Total de capitais próprios e passivo		<u>375 662 011</u>	<u>341 027 214</u>

VII. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

(em USD)	30 de Junho de 2014		30 de Junho de 2013
	Notas		
Receitas	15	93 986 416	74 806 567
Royalties	15	(1 843 455)	(1 570 764)
Receitas líquidas		92 142 961	73 235 803
Custos operacionais	16	(30 762 897)	(23 805 026)
		61 380 064	49 430 777
Despesas financeiras líquidas	17	(5 697 550)	(5 760 227)
Receitas financeiras		570 271	80 293
Despesas financeiras		(6 267 821)	(5 840 520)
Lucro antes do imposto		55 682 514	43 670 550
Imposto sobre o Rendimento	18	(17 835 172)	(14 267 910)
Lucro do exercício		37 847 342	29 402 640
Outros resultados do ano líquidos do imposto		-	-
Resultado abrangente total do exercício		37 847 342	29 402 640
Ganhos por acção			
Ganhos básicos por acção	19	6.38	4.95
Ganhos diluídos por acção	19	6.38	4.95

VIII. DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

(em USD)	Capital Social	Capital Suplementar	Reservas Legais (a)	Reservas de Investimento (b)	Lucro/(Perda) Acumulados	Total de Capital
Saldo em 1 de Julho de 2012	25 286 649	4 000 000	4 499 197	14 296 822	95 357 393	143 440 061
Lucro do exercício	-	-	-	-	29 402 640	29 402 640
Transferência para a reserva legal	-	-	558 133	-	(558 133)	-
Dividendos	-	-	-	-	(10 470 000)	(10 470 000)
Saldo em 1 de Julho de 2013	25 286 649	4 000 000	5 057 330	14 296 822	113 731 900	162 372 701
Lucro do exercício	-	-	-	-	37 847 342	37 847 342
Dividendos	-	-	-	-	(11 950 000)	(11 950 000)
Saldo em 30 de Junho de 2014	25 286 649	4 000 000	5 057 330	14 296 822	139 629 242	188 270 043

- (a) Nos termos da legislação moçambicana, a empresa é obrigada a transferir 5% dos seus lucros líquidos anuais para uma reserva legal não-distribuível, até ao mínimo acumulado de 20% do capital social. Esta reserva pode ser utilizada para compensar prejuízos e emissão de acções. A empresa cumpriu com os requisitos legais na transferência para a reserva legal, visto que, o saldo da conta reserva legal atingiu 20% do capital social.
- (b) Trata-se de uma reserva específica estabelecida pelo accionista para fins de investimento. A transferência para reserva de investimento foi aprovada na Assembleia de Geral do dia 11 de Dezembro de 2008.

IX. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

(em USD)		30 de Junho de 2014	30 de Junho de 2013
	Notas		
Fluxos de caixa de actividades operacionais			
Lucro líquido		37 847 342	29 402 640
Ajustamento para:			
Depreciação e amortização	16	12 975 919	9 776 343
Perdas cambiais não realizadas		180 396	168 956
Receitas de juros	17	(350 364)	(70 197)
Despesas de juros	17	6 267 821	5 840 520
Imposto	18	17 835 172	14 267 910
		74 756 286	59 386 172
Varição do capital corrente			
Decréscimo de dívidas entre empresas do grupo		215 538	188 819
Acréscimo em outros devedores		(2 935 646)	(5 671 803)
Decréscimo (acréscimo) em inventários		205 125	(23 140)
Acréscimo (decréscimo) em outros credores		1 549 610	(472 173)
Caixa gerado de actividades operacionais		73 790 913	53 407 875
Juros recebidos		350 364	68 149
Juros pagos		(4 692 280)	(5 493 895)
Imposto pago	18	(5 622 503)	(3 578 188)
Caixa líquido utilizado em actividades operacionais		63 826 494	44 403 941
Fluxos de caixa de actividades de investimento			
Aquisição de activos tangíveis	4	(20 027 555)	(4 106 080)
Alienação de activos tangíveis		135 000	38 745
Caixa líquido utilizado em actividades de investimento		(19 892 555)	(4 067 335)
Fluxos de caixa de actividades de financiamento			
Reembolso de empréstimos	12	(14 161 276)	(9 892 574)
Dividendos pagos	20	(11 950 000)	(10 470 000)
Caixa líquido de actividades de financiamento		(26 111 276)	(20 362 574)
Líquido de caixa e equivalentes de caixa		17 822 663	19 974 032
Caixa e equivalentes de caixa no início do ano		115 955 680	95 981 648
Efeitos cambiais sobre o caixa		(75 382)	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do ano	9	133 702 961	115 955 680

X. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Entidade a Reportar

A Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, SA (“CMH” ou “Empresa”) é uma empresa de responsabilidade limitada, registada em Moçambique a 26 de Outubro de 2000, controlada pela Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, EP (ENH), que detém 70% das acções da empresa. A actividade operacional está relacionada com o desenvolvimento de operações petrolíferas como sua actividade principal.

A empresa foi indicada pela Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, E.P (ENH) e pelo Governo de Moçambique, para juntamente com a Sasol Petroleum Temane, Lda. (SPT), conduzir as operações petrolíferas nas áreas dos campos de produção de Pande e Temane, por um período de 30 anos, ao abrigo do Acordo de Produção de Petróleo (PPA) assinado em Outubro de 2000. A CMH também faz parte do Acordo de Operações Conjuntas (JOA) assinado com a SPT em Dezembro de 2002, cobrindo os reservatórios dos campos de Pande e Temane.

A quota de participação atribuída à Empresa em relação aos direitos e obrigações derivados do Acordo de Produção de Petróleo e do Acordo de Operações Conjuntas era inicialmente de 30%, sendo os remanescentes 70% detidos pela Sasol Petroleum Temane (SPT). Como tal, a CMH teve o direito de adquirir um interesse participativo de 30% no projecto dos campos de gás de Pande e Temane, bem como na Central de Processamento (CPF). O projecto está actualmente operacional, com a SPT como operadora.

Um Acordo de arrendamento *Farm-Out* foi assinado em 2003, pela Empresa, que visa ceder à International Finance Corporation (IFC) uma quota de 5% no Acordo de Operações Conjuntas, que reduziu os 30% detidos pela Empresa no Projecto de Gás Natural de Pande e Temane. Tomando em consideração que todas as condições dos contratos assinados anteriormente com a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), com o Banco Europeu de Investimento (BEI), e com o Development Bank of Southern Africa (DBSA), foram cumpridas, foram criadas condições para a CMH executar o seu direito de participação no Projecto de Gás Natural de Pande e Temane. Em Abril de 2006, foram assinados os seguintes documentos:

- i) O acordo de cessão do interesse participativo de 5% nos direitos e obrigações, nos termos do Acordo de Produção de Petróleo, entre o Governo da República de Moçambique, a ENH, a SPT, a CMH e a IFC;

- ii) O acordo de Novação entre a SPT, a CMH e a IFC, nos termos do qual a IFC assume o interesse participativo, incluindo todos os direitos e obrigações relativos ao seu interesse participativo e é obrigada, nos termos dos acordos do projecto, a exonerar a CMH de quaisquer responsabilidades emergentes dos interesses cedidos;
- iii) O acordo de cessão e o compromisso de 5% do interesse participativo, nos termos do contrato de vendas de gás, assinado entre a Sasol Gas, a SPT, a CMH e a IFC, bem como o acordo feito para a Garantia de Desempenho (anexado ao acordo de vendas de gás assinado entre a Sasol Gas e a ENH);
- iv) O acordo de cessão do interesse participativo de 5%, nos termos do Acordo de Operações Conjuntas, entre a CMH e a IFC.

Estes acordos tornaram-se efectivos a partir de Abril de 2006, na data do fecho financeiro, quando a empresa fez a sua contribuição, adquirindo o interesse participativo de 25% de componentes a montante do Projecto de Pande e Temane, em parceria com a SPT (70%) e a IFC (5%). Consequentemente, a partir de 1 de Abril de 2006, a CMH reconheceu a sua quota de activos e passivos controlados conjuntamente e a sua quota de receitas e despesas pelas quais é conjuntamente responsável.

Em Abril de 2009, o Governo de Moçambique aprovou a emenda ao Plano de Desenvolvimento, dando, assim, efeito ao projecto de expansão do Projecto de Gás Natural de Pande e Temane. A expansão vai aumentar a capacidade de produção do CPF, da capacidade de produção existente de 120 MGJ/ ano para 183MGJ/ano.

A empresa localiza-se na Av. Julius Nyerere nº4003, Bairro da Sommerschild II. Maputo, Moçambique

2. Base de Preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF) e as respectivas interpretações publicadas pelo Conselho Internacional de Padrões de Contabilidade (CIPC).

2.2 Base de Mensuração

As demonstrações financeiras anuais foram preparadas com base no princípio do custo histórico e as demonstrações financeiras estão apresentadas nos livros selados da empresa. As transacções e os saldos relativos à quota da empresa nas operações do consórcio baseiam-se nas demonstrações de facturação e nas informações disponibilizadas pelo operador.

2.3 Moeda Funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Dólares Norte Americanos, que constitui a moeda funcional da empresa. Todas as informações financeiras apresentadas em Dólares Norte Americanos foram arredondadas para a unidade do Dólar mais próximo.

2.4 Uso de Estimativas e Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro requer que a equipa de gestão efectue julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação de políticas contabilísticas e os valores dos activos, passivos, proveitos e custos reportados. Os resultados actuais podem diferir destas estimativas. As estimativas e os pressupostos subjacentes são revistos numa base contínua. As revisões das estimativas contabilísticas são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afectados. Em particular, informações sobre julgamentos críticos na aplicação de políticas contabilísticas que têm o efeito mais significativo nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas:

Nota 14 – Reconhecimento e Mensuração de activos tangíveis.

Nota 13 – Provisão para custo de encerramento e reabilitação ambiental.

Nota 18 – Imposto sobre o rendimento: Reconhecimento do imposto diferido

Mensuração do justo valor

Um número de políticas contabilísticas e divulgações da Entidade requer a mensuração do justo valor, para activos e passivos financeiros e não financeiros.

A Entidade estabeleceu uma estrutura de controlo respeitante a mensuração do justo valor. A Entidade revê regularmente dados não observáveis significativos e ajustamentos de avaliação.

Se a informação de terceiros, tais como cotações de correctoras ou serviços de fixação de preços, é usada para mensurar o justo valor, em seguida, a equipa de avaliação avalia a evidência obtida a partir de terceiros para apoiar a conclusão de que tais avaliações cumpram com os requisitos da IFRS, incluindo o nível na hierarquia do justo valor em que essas avaliações devem ser classificados.

Ao mensurar o justo valor de um activo ou um passivo, a Entidade usa dados observáveis de mercado, na medida do possível. Os justos valores são classificados em diferentes níveis de hierarquia do justo valor com base nos insumos utilizados nas técnicas de avaliação, como segue.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados activos para activos ou passivos idênticos.
- Nível 2: dados que não sejam preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para activos ou passivos, directamente (como preços) ou indirectamente (derivado de preços).
- Nível 3: dados para activos ou passivos que não têm como base dados de mercados observáveis (dados não observáveis).

Se os dados usados para mensurar o justo valor de um activo ou passivo sejam categorizados em níveis diferentes da hierarquia do justo valor, então a mensuração do justo valor é categorizada na sua totalidade no mesmo nível da hierarquia de justo valor como dado de nível mais baixo que seja significativa para a mensuração.

A Entidade reconhece as transferências entre os níveis de hierarquia do justo valor no final do período de relato durante o período em que ocorreu a alteração.

Informação adicional sobre os pressupostos feitos ao mensurar os justos valores é incluídos na Nota 21 – instrumentos financeiros

3. Principais Políticas Contabilísticas

Exceptuando as alterações abaixo, as políticas contabilísticas estabelecidas do 3.1 a 3.17 foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

A entidade adoptou as seguintes novas normas e alterações de normas, incluindo as eventuais alterações decorrentes de outras normas com data de aplicação de 1 de Julho de 2013:

- a. IFRS 11 – Acordos Conjuntos
- b. IFRS 12 – Divulgação de Participação em outras Entidades
- c. IFRS 13 – Mensuração do justo valor
- d. Apresentação de itens de Outros resultados compreensivos (ORA) (emenda à IAS 1)

(a) Acordos Conjuntos

Como resultado de IFRS 11, a entidade alterou a suas políticas contabilísticas para os seus interesses do empreendimento conjunto. Segundo a IFRS 11 a entidade classificou os seus interesses em empreendimentos de operações conjuntas.

Ao fazer esta avaliação, a entidade considerou a estrutura de acordos, a forma legal de quaisquer veículos separados, os termos do contrato do acordo e outros factos e circunstâncias. Não houve nenhum impacto sobre os activos, passivos e outros resultados compreensivos da entidade.

(b) Divulgação de participação em outras entidades

Como resultado da IFRS 12, a Entidade expandiu as suas divulgações respeitante a sua Participação em acordos conjuntos.

(c) Mensuração do justo valor

A IFRS 13 estabelece um quadro único para a mensuração do justo valor e fazendo divulgações sobre o justo valor, que tais medidas são necessárias ou permitidas por outras IFRS. Ela unifica a definição de justo valor como preço que seria o recebido para venda dum activo ou pago na transferência de um passivo numa transacção ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração.

Ela substitui e amplia os requerimentos de divulgações sobre o justo valor de outras IFRS incluindo IFRS 7. A mudança não teve impacto significativo sobre a mensuração de activos e passivos da entidade.

(d) Apresentação dos itens (ORA)

Como resultado das alterações ao IAS 1, a entidade alterou a apresentação de itens de ORA na suas demonstrações de resultados, para apresentar separadamente os itens que seriam reclassificados para lucros ou prejuízos daqueles que nunca serão. A mudança não teve impacto significativo porque a entidade não tem nenhum ORA do exercício anterior e nem do exercício corrente.

3.1. Actividades de empreendimento conjunto

As operações nos campos de Pande e Temane foram estruturadas na forma de um Empreendimento conjunto não incorporado (UJO), nos termos da qual o empreendimento conjunto não é registado como uma empresa separada, mas cada parte da UJO, nos termos do Acordo de Operações Conjuntas, recebe a sua quota respectiva de activos, passivos e rendimentos líquidos das operações.

3.2. Operações em Moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são contabilizadas às taxas de câmbio em vigor à data da transacção. Os activos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras à data do relato são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio do final de ano.

O ganho ou perda cambial é a diferença entre o custo na moeda funcional no início do ano, ajustado pela taxa efectiva de juro e pagamento durante o ano, e o custo em moeda estrangeira convertido à taxa de câmbio do final do ano.

Os activos e passivos não monetários que são mensurados pelo justo valor em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o justo valor foi determinado. Os itens não-monetários que são mensurados com base no custo histórico na moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da data de transacção.

As diferenças de câmbio resultantes da reconversão da moeda são geralmente reconhecidas nos lucros ou prejuízos, como parte de proveitos financeiras ou custos financeiros.

3.3. Instrumentos Financeiros

Activos financeiros não-derivados

A empresa reconhece inicialmente os empréstimos e contas a receber na data em que são originados. Todos os outros activos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da transacção na qual a empresa se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A entidade não reconhece um activo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do activo expirarem ou quando forem transferidos os direitos de receber os fluxos de caixa contratuais do activo financeiro numa transacção em que todos os riscos e recompensas de propriedade do activo financeiro sejam, substancialmente, transferidos. Qualquer juro sobre os activos financeiros transferidos que seja criado ou retido pela Empresa é reconhecido como um activo ou passivo separado. Os activos e passivos financeiros são compensados e o montante líquido apresentado no balanço quando, e somente quando, a empresa tiver um direito legal de compensar os montantes e pretender liquidar numa base líquida ou realizar o activo e liquidar, simultaneamente, o passivo.

A entidade tem os seguintes activos financeiros não-derivados: empréstimos e contas a receber.

Empréstimos e devedores – Esses activos são reconhecidos inicialmente pelo justo valor mais todos os custos da transacção directamente atribuíveis. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os empréstimos e os devedores são mensurados ao custo amortizado, pelo método de juro efectivo menos quaisquer perdas por imparidade. Os empréstimos e devedores incluem clientes, empresas do grupo e devedores (ver a nota 8).

Caixa e equivalentes de caixa compreendem as notas e moedas em numerário e os depósitos, com maturidades iniciais de três meses ou inferiores. Os descobertos bancários reembolsáveis são parte integrante da gestão de caixa da Empresa e são incluídos como uma componente de caixa e equivalentes de caixa para efeitos de demonstração de fluxos de caixa.

Passivos financeiros não-derivados

A Empresa reconhece inicialmente as garantias de dívida emitidas e os passivos subordinados na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da transacção em que a Empresa se torne parte das disposições do instrumento contratual. A Empresa não reconhece um passivo financeiro quando as suas obrigações contratuais são libertadas ou canceladas ou expiram. A Empresa tem os seguintes passivos financeiros não-derivados: empréstimos e credores os quais incluem credores entre empresas do grupo. Esses

passivos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo mais todos os custos de transacção directamente atribuíveis. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, estes passivos financeiros são mensurados, usando-se o método da taxa de juro efectiva.

Capital Social

Acções ordinárias – As acções ordinárias são classificadas como capital social. Os custos adicionais directamente atribuíveis à emissão das acções ordinárias são reconhecidos como uma dedução do capital próprio, líquido de quaisquer efeitos fiscais.

3.4. Activos fixos tangíveis

Reconhecimento e mensuração

Os itens de activos fixos tangíveis são mensurados ao custo de aquisição menos a depreciação acumulada e as perdas por redução do valor recuperável.

O custo inclui todas as despesas directamente atribuíveis na aquisição do activo. O custo dos activos construídos pela própria empresa inclui os custos dos materiais e da mão-de-obra directa, todos os outros custos directamente atribuíveis para colocar o activo em condições de funcionamento para o seu uso pretendido e os custos de desmantelamento e remoção dos itens e de restauro do local no qual este está localizado.

Quando as partes de um item de activos fixos tangíveis tiverem vidas úteis diferentes, são contabilizadas como itens separados (componentes principais) dos activos fixos tangíveis.

Os ganhos e perdas na alienação de um item de activos fixos tangíveis são determinados pela comparação receitas de venda com quantia escriturada dos itens de activos fixos tangíveis e são reconhecidos em “outros proveitos” na demonstração de resultados.

Despesas subsequentes

O custo de substituição de parte de um item de activos fixos tangíveis é reconhecido no montante da quantia escriturada do item, se for provável que os benefícios económicos futuros incorporados nessa parte fluam para a Empresa e o custo possa ser medido com fiabilidade. A quantia escriturada da parte substituída é desconhecida. O custo de manutenção diária de propriedade, instalações e equipamento é reconhecido em ganhos e perdas, conforme incorrido.

Depreciação

Os activos não produtivos, as depreciações são registados em ganhos e perdas numa base de quotas constantes sobre as vidas úteis estimadas de cada item de activos fixos tangíveis. A terra e os imobilizados em curso não são depreciados.

As vidas úteis estimadas, são como seguem:

-Veículos motorizados	4 anos
-Equipamento	4 – 10 anos
-Edifício	50 anos

Os métodos de depreciação, vidas úteis e valores residuais são revistos no final de cada ano financeiro e ajustados, se apropriado.

3.5. Custos de Exploração, Avaliação e Desenvolvimento

O método de esforço bem-sucedido é usado para contabilizar a exploração de gás e as actividades de avaliação.

Os custos geológicos e geofísicos relativos a furos exploratórios secos e os custos de transporte e retenção de propriedades não desenvolvidas são reconhecidos nas demonstrações de resultados, conforme incorridos.

Após a conclusão de um furo exploratório, a entidade poderá ter encontrado reservas de petróleo e gás. Essas reservas são classificadas como provadas quando, após análise de dados geológicos e de engenharia, parecer com certeza razoável que estas reservas poderiam ser recuperáveis no futuro, nas condições económicas e operacionais existentes.

O custo de furos exploratórios, através dos quais reservas potenciais provadas de petróleo e gás foram descobertas, é capitalizado como activos minerais em activos fixos tangíveis. Estes custos permanecem capitalizados, pendentes da determinação das reservas de gás provadas serem encontradas, desde que tenham sido cumpridas as condições seguintes: (i) existam reservas de petróleo e gás suficientes para justificar o gasto de capital necessário para a conclusão do furo como furo de produção; (ii) a perfuração de furos exploratórios adicionais esteja em curso ou firmemente planeada para um futuro próximo; e (iii) progresso suficiente esteja a ser feito para avaliar as reservas de petróleo e gás e a viabilidade económica ou operacional da propriedade em desenvolvimento.

Se as condições acima não forem cumpridas, ou se as informações obtidas suscitarem dúvidas sobre a viabilidade económica ou operacional do projecto, os custos são reconhecidos nos lucros ou prejuízos. O progresso a este respeito é avaliado anualmente, pelo menos, para assegurar uma justificação suficiente para efectuar essa exploração e avaliar a despesa como um activo.

As actividades de desenvolvimento envolvem um plano ou desenho para a produção de produtos e processos novos ou substancialmente melhorados. A despesa de desenvolvimento é capitalizada somente se os custos de desenvolvimento puderem ser medidos de forma fiável, o produto ou o processo for técnica e comercialmente viável, os benefícios económicos futuros sejam prováveis e a Empresa pretenda e tenha recursos suficientes para completar o desenvolvimento e usar ou vender o activo. A despesa capitalizada inclui o custo de materiais, mão-de-obra directa e custos gerais que sejam directamente atribuíveis à preparação do activo para o seu uso pretendido. Os custos de empréstimos relativos ao desenvolvimento de activos qualificados são capitalizados ao custo do activo qualificado. Outra despesa de desenvolvimento é reconhecida em lucros ou prejuízos, conforme incorrida.

A despesa incorrida para perfurar e equipar furos em desenvolvimento em propriedades comprovadas é capitalizada como activos minerais em activos fixos tangíveis na data em que é comissionada.

A despesa de desenvolvimento capitalizada é medida ao custo menos a depreciação acumulada e qualquer perda por imparidade acumulada.

A depreciação dos activos de exploração e das despesas de desenvolvimento capitalizadas mais os custos de comissionamento é baseada no método de unidades de produção, numa base de campo-a-campo, calculada com utilização de uma estimativa das reservas comprovadas desenvolvidas de petróleo e gás. Estas reservas representam as reservas remanescentes no final do ano, de acordo com o Relatório dos Vendedores usado para cálculo retroactivo da depreciação no início de cada ano financeiro.

3.6. Activos intangíveis

Os activos intangíveis são integrados ao custo menos a depreciação acumulada e qualquer perda por imparidade. Os activos intangíveis são reconhecidos se for provável que os benefícios económicos dos bens fluam para a empresa, e os custos dos activos possam ser mensurados de forma fiável. Os activos intangíveis consistem apenas de direitos de concessão para explorar e produzir gás nos campos de Pande e Temane, ao abrigo de um Contrato de Produção de Petróleo assinado em Outubro de 2000, que expira em 2033 (ver a nota 1). Este activo intangível é amortizado segundo o método quotas constantes ao longo do período de vida útil remanescente.

Despesas subsequentes

As despesas subsequentes são capitalizadas somente quando aumentarem os benefícios económicos futuros incorporados no activo específico ao qual se relacionem. Todas as outras despesas, incluindo as despesas de “goodwill” e marcas, geradas internamente, são reconhecidas nos lucros ou prejuízos, conforme incorridas.

3.7. Provisões

As provisões para restauro ambiental e qualquer acção judicial são reconhecidas quando: a empresa tem uma obrigação legal ou construtiva presente como resultado de eventos passados; é provável que uma drenagem de recursos seja necessária para pagar a obrigação; e o montante tenha sido estimado com confiança. As provisões não são reconhecidas para perdas operacionais futuras. A provisão para reabilitação do local das instalações é reconhecida como e quando o passivo de carácter ambiental surge.

Onde um passivo de carácter ambiental e de fecho resultem de actividades de desenvolvimento mineiro, os custos são capitalizados como parte do custo do activo associado. Quando esta mesma obrigação surgir de actividades de produção mineira, tal obrigação constitui gastos, as provisões são determinadas descontando os fluxos de caixa previstos, a uma taxa antes do efeito do imposto que reflecta as taxas de mercado correntes e os riscos específicos da obrigação. As alterações das provisões que foram capitalizadas aquando do reconhecimento inicial no custo do activo relacionado são adicionadas ou deduzidas da quantia escriturada do activo.

Onde houver um número de obrigações semelhantes, a probabilidade de efluxo ser requerida para pagamento é determinada tendo em conta a classe das obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo se a probabilidade de efluxo respeitante a qualquer item incluído na mesma classe de obrigações for pequena. As provisões são mensuradas ao valor presente das despesas previstas como necessárias para o pagamento da obrigação, usando-se uma taxa antes do efeito do imposto que reflecta as avaliações de mercado correntes do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O acréscimo das provisões devido à passagem do tempo é reconhecido como uma despesa de juro.

3.8. Imparidade dos Activos

Activos não financeiros

A quantia escriturada dos activos da entidade, com excepção das existências, são revistos em cada data de relato para determinar se existe alguma indicação de imparidade. Se essa indicação existir, o valor recuperável do activo é estimado. Uma perda por imparidade é reconhecida sempre que a quantia escriturada de um activo ou da sua unidade geradora de caixa exceder o seu montante recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas nos lucros ou prejuízos.

O montante recuperável de um activo é o maior do seu valor líquido realizável e do seu valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados do seu valor corrente, usando-se uma taxa de desconto antes do efeito do imposto que reflecta as avaliações de mercado correntes do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos para o activo. Para um activo que não gere influxos de caixa que sejam em larga medida independentes dos outros activos, o montante recuperável é determinado para a unidade geradora de caixa à qual o activo pertence.

Uma perda por imparidade é revertida caso se observe uma alteração nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

Uma perda por imparidade somente é revertida na medida em que o valor do activo não exceda o montante que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda por imparidade tivesse sido reconhecida.

Activos financeiros não-derivados

Um activo financeiro não classificado ao justo valor através de lucros ou prejuízos, é avaliado a cada data de relato, para determinar se existe evidência objectiva de imparidade. Um activo financeiro encontra-se em situação de imparidade quando existe evidência objectiva de imparidade como resultado de um ou mais eventos ocorridos depois do reconhecimento inicial do activo e, que aquele evento (perda) teve impacto sobre os fluxos de caixa futuros estimados desse activo que pode ser estimado de forma fiável.

A evidência objectiva de que os activos financeiros estão em imparidade inclui incumprimento ou dificuldade de pagamento do devedor, reestruturação de um montante devido à Entidade em condições de que a Entidade de outra forma não consideraria, indicação de que o devedor ou emitente entrará em falência, mudanças adversas na situação de pagamento dos mutuários ou emitentes, condições económicas relacionadas com incumprimento ou desaparecimento de um mercado activo e seguro. Contudo, para um investimento de títulos de acções, um declínio significativo ou prolongado do seu justo valor abaixo do seu custo é evidência objectiva de imparidade.

A entidade considera evidência de imparidade de activos financeiros mensurados pelo custo amortizado (empréstimos e contas a receber), quer para o activo específico e colectivo. Todos os activos financeiros que sejam individualmente significativos são avaliados quanto à sua imparidade específica. Aqueles activos que não se verificam com a imparidade específica são então avaliados colectivamente para qualquer imparidade que tenha sido incorrida, mas ainda não identificada. Os activos que não são individualmente significativos são avaliados colectivamente pelo agrupamento de activos com características de risco semelhantes.

Na avaliação colectiva de imparidade, a entidade utiliza tendências históricas de probabilidade de incumprimento, de prazo de recuperação e montantes dos prejuízos incorridos, ajustados pelo julgamento da administração sobre se as condições económicas actuais e de crédito são de tal ordem prejuízos reais maiores ou menores do que as seguidas pelas tendências históricas.

Uma perda por imparidade em relação a um activo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada pela diferença entre a quantia escriturada e o valor presente dos fluxos de caixa futuros descontados à taxa de juro efectiva original do activo. As perdas são reconhecidas nos lucros ou prejuízos e reflectidas numa conta de provisão contra empréstimos e contas a receber. Os juros de activos em imparidade continuam a ser reconhecidos. Quando um evento ocorre depois de a imparidade ter sido reconhecida, a perda por imparidade é reduzida, a diminuição da perda de imparidade é revertida através de lucros ou prejuízos.

3.9. Imposto Sobre o Rendimento

O imposto sobre o rendimento compreende o imposto corrente e diferido. Os impostos correntes e impostos diferidos são reconhecidos nos lucros ou prejuízos. O imposto corrente é o imposto que se prevê pagar sobre o rendimento tributável do ano, utilizando as taxas de imposto legisladas ou substancialmente previstas à data do relatório, e todos os ajustamentos ao imposto a pagar

respeitantes aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido no respeitante às diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos para efeitos de demonstrações financeiras e dos montantes usados para efeitos de tributação.

O imposto diferido é medido às taxas de imposto que são previstas para aplicação às diferenças temporárias quando revertem, baseado nas leis que tiverem entrado em vigor, ou substancialmente entrado em vigor, à data de relatório. Os activos e passivos de impostos diferidos são compensados se houver um direito legal executável de compensar as obrigações e os bens de impostos correntes e se disserem respeito aos impostos de rendimento aplicados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade fiscal, ou sobre entidades fiscais diferentes, mas que pretendam pagar as obrigações e os activos fiscais correntes numa base líquida ou que os seus bens e os seus passivos sejam realizados simultaneamente.

Um activo por imposto diferido é reconhecido para perdas fiscais não usadas, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis, na medida em que seja provável que os futuros lucros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais possam ser utilizados. Os activos por impostos diferidos são revistos em cada data de relato e são reduzidos na medida em que já não seja provável que o benefício fiscal relacionado seja realizado.

3.10. Benefícios dos Trabalhadores

O custo dos benefícios a curto-prazo dos trabalhadores, tais como salários, direito dos trabalhadores a férias pagas, bónus, assistência médica e outras contribuições, é reconhecido durante o período em que o empregado presta o serviço relacionado. A Empresa reconhece o custo do bónus previsto, somente quando tem uma obrigação presente, legal ou construtiva de efectuar esse pagamento e uma estimativa fiável possa ser feita.

Plano de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual a entidade paga contribuições fixas a uma entidade separada e não terá obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais. A obrigação para contribuições para o plano de contribuição definida é reconhecida como despesa de benefícios a trabalhadores no resultado do período em que os serviços relacionados são prestados pelo trabalhador. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um activo na medida em que há restituição em dinheiro

ou redução de pagamentos futuros. As contribuições para um plano de contribuição definida que são devidas e superiores a 12 meses após o final do período em que os trabalhadores prestam serviços são descontados no seu valor actual.

As contribuições para o fundo do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), para o qual todas as empresas moçambicanas são obrigadas, por lei, a contribuir, baseiam-se numa percentagem dos salários e são registadas como despesas no período em que incorrerem.

Outros benefícios de curto prazo

As obrigações de curto prazo referentes aos benefícios a pagar aos trabalhadores são mensuradas numa base não descontada e são registadas como despesas quando o respectivo serviço é prestado. Uma provisão é reconhecida pelo valor que se espera pagar, a curto prazo ao abrigo de um plano de pagamento de bónus se a entidade tiver obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor por algum serviço que o trabalhador tenha prestado no passado, desde que essa obrigação possa ser estimada de forma fiável.

3.11. Existências

As existências são mensuradas pelo menor valor do custo de aquisição e pelo valor realizável líquido. O custo inclui as despesas incorridas na aquisição de activos, custos de produção ou de conversão e outros custos incorridos para conseguir reuni-las no mesmo local e condição.

O custo é determinado como segue:

- Gás natural Líquido - condensado (método de avaliação *first-in-first-out* – FIFO)
- Processamento, manutenção e outros materiais (preço do custo médio ponderado)

O valor líquido realizável é o preço de venda estimado no decurso normal do negócio menos o custo de despesas de conclusão e de vendas.

3.12. Reconhecimento de Receitas

A receita das vendas de gás natural e de gás natural líquido - condensado, no decurso das actividades ordinárias, é mensurada ao justo valor do pagamento recebido ou a receber, líquido de “royalties” pagas ao governo, retornos, impostos indirectos, descontos comerciais e de quantidades concedido pela entidade. A receita é reconhecida quando existir evidência persuasiva, na forma de contrato de vendas de gás executado, de que os riscos significativos e os prémios de propriedade foram transferidos para o comprador, que a recuperação do pagamento seja provável, os custos associados e o retorno possível dos bens podem ser estimados de forma fiável, de que não há nenhum envolvimento continuado da direcção com os bens e que o montante da receita possa ser mensurado de forma fiável. Na produção e venda de gás, a transferência de propriedade ocorre

geralmente quando o gás ou o condensado são fisicamente transferidos para um navio, gasoduto ou qualquer outro mecanismo de entrega.

O “royalty” a pagar é o imposto sobre o petróleo produzido no território moçambicano, a partir de um depósito de petróleo. A base do cálculo fiscal do “royalty” é o valor do petróleo produzido, incluindo as quantidades de petróleo perdidas como resultado de qualquer deficiência nas operações petrolíferas ou por negligência. O royalty (imposto) é cobrado em 5% do valor do gás natural e condensado produzido ou extraído e vendido, excluindo o custo de transporte, recolha e processamento.

3.13. Dividendos

Com base nos contractos de empréstimos da empresa, a CMH deverá distribuir dividendos ou fazer qualquer distribuição se:

(i) Nenhum evento de incumprimento ou evento potencial de incumprimento tiver ocorrido e esteja continuado;

(ii) A distribuição total não excede a 50% do lucro líquido da CMH, sujeito a disponibilidade de caixa.

Os seguintes rácios de distribuição tenham sido alcançados:

(II.1) O RPACSD¹ não seja inferior a 1,5: 1;

(II.2) O RHACSD² não seja inferior a 1,5: 1;

(ii.3) O RCE³ não inferior a 2: 1.

A CMH só pode distribuir dividendos mediante o consentimento escrito dos Financiadores. Assim, a empresa considera que os dividendos aprovados pelos Financiadores e pagos serão deduzidos dos lucros acumulados.

3.14. Receitas financeiras e custos financeiros

As receitas financeiras incluem os juros recebidos sobre os fundos investidos. Os juros recebidos são reconhecidos à medida que forem crescendo nos lucros ou prejuízos, quando vencer, usando o método do juro efectivo.

Os custos financeiros compreendem os encargos financeiros dos empréstimos, a anulação do desconto em provisões, perdas por imparidade reconhecidas em activos financeiros.

¹ Rácio de Projecção Anual de Cobertura do Serviço da Dívida

² Rácio Histórico Anual de Cobertura do Serviço da Dívida

³ Rácio de Cobertura do Empréstimo

Os custos de empréstimos que não sejam directamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um activo que se qualifica são reconhecidos nos lucros ou prejuízos usando o método do juro efectivo.

3.15. Relato por Segmentos

A Entidade tem apenas um segmento - as suas operações de gás natural e não existem outros segmentos.

3.16. Ganhos por acção

A Entidade apresenta dados relacionados com resultados por acção básicos e diluídos para as suas acções ordinárias. Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o lucro ou prejuízo atribuível aos accionistas ordinários da Empresa pelo número médio ponderado de acções ordinárias pendentes durante o período. O cálculo dos resultados por acções diluídos é determinado ajustando o lucro ou prejuízo atribuível aos accionistas ordinários e o número médio ponderado de acções ordinárias pendentes, para efeitos de todas as potenciais acções ordinárias.

3.17. Novas normas e interpretações ainda não adoptadas

Existem novas normas, emendas às alterações e interpretações contabilísticas emitidas mas ainda não efectivas para o exercício findo em 30 de Junho de 2014. Estas incluem normas e interpretações que são aplicáveis ao negócio da entidade e que podem ter impacto nas futuras demonstrações financeiras:

Norma/Interpretação		Data de emissão pelo IASB	Data efectiva
IAS 32	Compensação de Activos Financeiros e Passivos Financeiros	Dezembro 2011	1 Janeiro de 2014
IAS 36	Valor recuperável de activos não financeiros recuperáveis	Maio 2013	1 Janeiro de 2014
IFRS 11	Empreendimentos Conjuntos	Maio 2014	1 Janeiro de 2016
IAS 16 e IAS 38	Activos fixos tangíveis/activos intangíveis	Maio 2014	1 Janeiro de 2016
IFRS 15	Rendimento decorrente de contratos com clientes	Maio 2014	1 Janeiro de 2017
IFRS 9	Instrumentos Financeiros	Julho 2014	1 Janeiro de 2018

Nenhum impacto significativo sobre as demonstrações financeiras é esperado da aplicação das normas e interpretações mencionadas acima.

4. Propriedade, instalações e equipamento

	Edifício - escritórios USD	Veículos e Equipamento USD	Activos de Mineração e CPF USD	Imobilizações em Curso USD	Total USD
Custo					
Em 1 de Julho de 2012	2 078 836	1 105 171	202 663 848	1 598 298	207 446 153
Adições	-	5 032	31 909 822	3 853 003	35 767 857
Alienações	-	(261 695)	-	-	(261 695)
Saldo em 30 de Junho de 2013	2 078 836	848 508	234 573 670	5 451 301	242 952 315
Em 1 de Julho de 2013	2 078 836	848 508	234 573 670	5 451 301	242 952 315
Adições	-	715 460	7 036 832	19 731 165	27 483 457
Alienações	-	(320 000)	-	-	(320 000)
Saldo em 30 de Junho de 2014	2 078 836	1 243 968	241 610 502	25 182 466	270 115 772
Depreciação Acumulada					
Saldo em 1 de Julho de 2012	41 577	458 804	32 508 038	-	33 008 419
Adições	41 577	277 670	8 808 027	-	9 127 274
Alienações	-	(222 950)	-	-	(222 950)
Saldo em 30 de Junho de 2013	83 154	513 524	41 316 065	-	41 912 743
Saldo em 1 de Julho de 2013	83 154	513 524	41 316 065	-	41 912 743
Depreciação	41 577	179 836	12 105 437	-	12 326 850
Alienações	-	(185 000)	-	-	(185 000)
Saldo em 30 de Junho de 2014	124 731	508 360	53 421 502	-	54 054 593
Quantias escrituradas					
Em 1 de Julho de 2012	2 037 259	646 367	170 155 810	1 598 298	174 437 734
Em 1 de Julho de 2013	1 995 682	334 984	193 257 605	5 451 301	201 039 572
Em 30 de Junho de 2014	1 954 105	735 608	188 189 000	25 182 466	216 061 179

Divulgação Adicional

	Junho de 2014 USD	Junho de 2013 USD
Adições do exercício	27 483 457	35 767 857
Ajustamentos por itens não monetários – provisão ambiental	(7 455 902)	(31 661 777)
Pela demonstração do fluxo de caixa	20 027 555	4 106 080

5. Activos Intangíveis

	Direitos de Concessão USD
Custo	
Em 1 de Julho de 2012	19 231 666
Saldo em 30 de Junho de 2013	19 231 666
Em 1 de Julho de 2013	19 231 666
Saldo em 30 de Junho de 2014	19 231 666
Amortização Acumulada	
Em 1 de Julho de 2012	8 197 498
Amortização do ano	649 069
Saldo em 30 de Junho de 2013	8 846 567
Em 1 de Julho de 2013	8 846 567
Amortização do ano	649 069
Saldo em 30 de Junho de 2014	9 495 636
Quantias escrituradas	
Em 1 de Julho de 2012	11 034 168
Em 1 de Julho de 2013	10 385 099
Em 30 de Junho de 2014	9 736 030

Os activos intangíveis compreendem os direitos de concessão transferidos pela ENH para o desenvolvimento do projecto de gás (campos de Pande e Temane).

6. Inventários

	Junho de 2014 USD	Junho de 2013 USD
Material de manutenção	1 232 740	1 437 865
	1 232 740	1 437 865

7. Saldos entre empresas do Grupo

	Junho de 2014 USD	Junho de 2013 USD
Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH)		
Devedores	215 543	431 086
Credores	(18 395)	(18 400)
	<u>197 148</u>	<u>412 686</u>

O montante a receber da Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, EP está relacionado com os adiantamentos efectuados entre a ENH e a CMH antes do ano financeiro de 2006. Em Março de 2005, a ENH enviou uma carta à CMH, reconhecendo esta dívida de USD 710 516.

O montante a pagar à ENH é resultado dos serviços prestados pela ENH em conformidade com o Contrato de Gestão.

8. Clientes e outros devedores

	Junho de 2014 USD	Junho de 2013 USD
Interesse participativo sobre activos correntes do empreendimento de Operações Conjuntas Não-incorporado		
Clientes	13 389 721	11 284 160
Imposto Sobre o Valor Acrescentado	14 153 333	11 043 129
	(763 612)	241 031
Outros devedores	1 323 837	493 752
Trabalhadores devedores	-	13
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	1 282 111	457 436
Antecipações Activas	41 726	36 303
	<u>14 713 558</u>	<u>11 777 912</u>

9. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Junho de 2014 USD	Junho de 2013 USD
Dinheiro em caixa	325	334
Depósitos bancários	133 702 636	115 955 346
Conta On-shore da CMH (i)	1 070 217	1 223 948
Conta de Receitas (ii)	31 767 705	20 204 411
Conta de Reserva de Capex (iii)	7 060 570	5 526 865
Conta Off-Shore de Operações (iv)	25 494	65 642
Conta de Reserva para o serviço da dívida (v)	6 966 520	6 960 795
Depósito a Taxa Fixa (vi)	86 812 130	81 973 685
Caixa e Equivalentes de Caixa conforme fecho de Fluxo de Caixa	<u>133 702 961</u>	<u>155 955 680</u>

9. Caixa e Equivalentes de Caixa (Continuação)

O mecanismo de pagamento e a prioridade de pagamento são determinados contratualmente Por um Acordo Contas. Este acordo foi celebrado como escritura em 20 de Maio de 2010, entre a Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos (CMH), o Development Bank of Southern Africa (DBSA), a Agence Française de Development (AFD), o Standard Bank of South Africa Limited (a conta bancária off-shore) e o Barclays Bank Moçambique SA (a conta bancária on-shore) e foi acordado a fim de manter em nome da CMH, para as seguintes contas:

- i. Conta Onshore da CMH (Conta Onshore em Meticais e Conta Onshore em Dólares) – a CMH deve transferir, das contas de receitas em quaisquer datas de pagamento, o montante dos custos administrativos previstos para pagamento em Moçambique durante um período de seis meses após a data de pagamento.
- ii. As Contas de Receitas – nesta conta serão depositadas as receitas de cada reembolso feito nos termos da Expansão de instalações, todas as receitas, incluindo qualquer montante a pagar à CMH nos termos dos documentos do projecto, todas as receitas de qualquer capital social, todas as receitas de seguros e qualquer montante em excesso a crédito da conta do Serviço da Dívida e da Conta de Reserva Capex.
- iii. A Conta de Reserva Capex – esta conta é usada como reserva para o montante igual ao agregado do custo operacional do projecto e das despesas de manutenção durante o período de 12 meses seguinte e o custo administrativo da CMH para o período de 6 meses seguinte. Não obstante quaisquer outras disposições do presente Acordo, até 70% do saldo de crédito na Conta de Reserva Capex, pode de vez em quando ser investido em Investimentos Permitidos mediante o consentimento prévio e por escrito dos Mutuários da CMH.
- iv. A Conta Offshore – esta conta serve para satisfazer os custos operacionais do projecto denominados em Dólares Norte Americanos, e os custos administrativos da CMH a pagar fora de Moçambique.
- v. A Conta de Reserva do Serviço de Dívida – esta conta é usada como reserva para todos os pagamentos calendarizados de capital e de juros que serão devidos e pagos nas quatro seguintes datas de pagamento, em conformidade com as facilidades da CMH e é paga trimestralmente.

Não obstante quaisquer outras disposições do presente Acordo, até 70% dos fundos a crédito na Conta de Reserva do Serviço da Dívida, pode de vez em quando ser investido em Investimentos Permitidos mediante o consentimento prévio e por escrito dos Mutuários da CMH.

9. Caixa e Equivalentes de Caixa (Continuação)

- vi. Depósitos a taxa fixa (Investimentos Permitidos) - conforme mencionado acima nos pontos (iii) e (v), os Mutuários (AFD e DBSA) concederam a autorização à CMH para investir 70% dos saldos de crédito das Contas *Off-shore* (Conta de Reserva do Serviço da Dívida, Conta de Reserva Capex e a Conta de Receitas) para depósitos a taxa fixa, para o período de 1 de Outubro de 2013 a 12 de Junho 2014, a uma taxa de juro de 0,45%.

10. Capital Social

		Junho de 2014 USD		Junho de 2013 USD
	%		%	
4 153 880 acções ordinárias autorizadas detidas pela Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, EP (ENH), a um valor nominal de USD 4.26 por acção (Classe B)	70	17 700 654	70	17 700 654
1 186 823 acções ordinárias autorizadas detidas pelo Governo Moçambicano, a um valor nominal de USD 4.26 por acção (Classe A)	20	5 057 330	20	5 057 330
593 412 acções ordinárias detidas por 1 274 Accionistas privados, a um valor nominal de USD 4.26 por acção (Classe C)	10	2 528 665	10	2 528 665
Total do capital social autorizado, emitido e pago	100	25 286 649	100	25 286 649

A empresa não tem acções preferenciais.

- Acções de Classe “A” – não são livremente transaccionáveis, depende do consentimento da Assembleia Geral.
- Acções de Classe “B” – não são livremente transaccionáveis, depende do consentimento da Assembleia Geral.
- Acções de Classe “C” – são livremente transaccionáveis entre entidades nacionais através da Bolsa de Valores de Moçambique.

A classe de acções não restringe pagamento de dividendos.

11. Capital Suplementar

Nos termos dos acordos financeiros existentes assinados com a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) e o Development Bank of Southern Africa (DBSA), a ENH comprometeu-se a efectuar a contribuição de capital requerida para cumprir o rácio dívida/capital e, em conformidade, os accionistas comprometeram-se a contribuir com USD 4 000 000 (Quatro milhões de Dólares Norte Americanos) de modo a cumprir esse requisito de rácio e, como resultado, a Escritura de Consentimento para o pagamento de USD 4 000 000 de Adiantamento do Empréstimo adicional foi assinada e o montante foi pago em Junho de 2008. Por conseguinte, em conformidade com o artigo seis dos Estatutos da CMH e com o artigo trezentos e três e o artigo seguinte do Código Comercial, a Assembleia Geral aprovou que o valor adicional de USD 4 000 000 fosse tratado como capital suplementar.

12. Empréstimos

	Junho de 2014 USD	Junho de 2013 USD
Não-corrente	50 629 525	65 768 771
Development Bank of South Africa - Tranche A (i)	5 555 556	8 333 333
Development Bank of South Africa- Tranche B (i)	20 356 736	25 159 228
Agence Française de Development Empréstimo A (ii)	4 010 333	6 683 889
Agence Française de Development Empréstimo B (ii)	20 706 900	25 592 321
Corrente	15 139 247	14 161 276
Development Bank of South Africa - Tranche A (i)	2 777 778	2 777 778
Development Bank of South Africa - Tranche B (i)	4 802 492	4 317 807
Agence Française de Development - Empréstimo A (ii)	2 673 556	2 673 556
Agence Française de Development - Empréstimo B (ii)	4 885 421	4 392 135
Total	65 768 772	79 930 047

i) A CMH e o Development Bank of Southern Africa (DBSA) celebraram um acordo de crédito, em 20 de Maio de 2010, com vista a:

(a) Converter o crédito subordinado do DBSA num crédito sénior (Tranche A), a um custo de conversão de USD 631 563 e com uma nova taxa de juro Libor de 6 meses acrescida de uma margem de 4,75%. Em relação ao Acordo de Empréstimo existente entre a CMH e o DBSA, em 11 de Abril de 2011, uma adenda ao acordo foi executada com a finalidade principal de fixar em 6.48% por ano. O empréstimo vencerá em 30 de Março de 2017.

12. Empréstimos (Continuação)

(b) Garantir um crédito sénior posterior, nos termos do qual a CMH tem o direito de contrair empréstimos até o limite de USD 50 000 000, em 31 de Dezembro de 2012 como data de término de desembolsos e com a maturidade em 15 de Dezembro de 2019. Os montantes desembolsados estão sujeitos a uma taxa de compromisso de 0,5% por ano, cobradas a partir de 14 de Junho de 2010. Os montantes desembolsados e não reembolsados vencem juros à taxa Libor (6 meses) acrescida de uma margem de 4,75% (Tranche B). Um total de USD 31 678 705 foi desembolsado, em 14 de Junho de 2010, 30 de Setembro de 2010 e 31 de Março de 2011, e o valor remanescente de USD 18 321 295 foi cancelado em 27 de Março de 2012. Em Agosto, foi assinado uma adenda com novo plano de amortização. O reembolso de capital iniciou a 15 de Junho de 2013 (o reembolso inicia 36 meses depois da data do primeiro desembolso), com periodicidade bi-anual.

Ambos os empréstimos estão agora garantidos pelos acordos de garantia seguintes: escritura de hipoteca da CPF para as acções da CMH na CPF (25%), penhora de bens móveis, cessão de direitos de seguros, cessão de direitos, cessão de posição contratual, penhora de contas bancárias e cessão de garantia de fundos.

- ii) (a) A CMH celebrou uma Facilidade de Crédito com a Agência Francesa de Desenvolvimento, em 9 de Dezembro de 2004, nos termos da qual a CMH tem o direito a contrair o empréstimo de fundos até ao equivalente a USD 24 062 000. Um total de USD 22 725 000 foi retirado da facilidade. Os montantes desembolsados e não reembolsados vencem juros a 8,45% e são reembolsáveis a partir de 31 de Março de 2008 e com maturidade em 30 de Setembro de 2016, numa bi-anual. A garantia sobre o crédito foi alterada para reflectir os novos acordos de créditos e está agora garantida pelos acordos de garantia seguintes: escritura de hipoteca da CP para a quota da CMH na CP (25%), penhora sobre os bens móveis, cessão de direitos de seguros, cessão de direitos, cessão de posição contratual, penhora de contas bancárias e cessão de garantia de dinheiros.

(b) A CMH celebrou um Acordo de facilidade de Crédito com a Agência Francesa de Desenvolvimento, em 20 de Maio de 2010, nos termos do qual a CMH tem o direito de contrair empréstimos de fundos até ao equivalente a USD 50 000 000, com a maturidade em 15 de Dezembro de 2019. Um total de USD 32 224 026 foi desembolsado, em 14 de Junho de 2010, 8 de Outubro de 2010 e 10 de Março de 2011, e o valor remanescente de USD 18 321

295 foi cancelado em 27 de Março de 2012. Os montantes desembolsados e não reembolsados

12. Empréstimos (Continuação)

(c) vencem juros à taxa média de 6.05% por ano e o reembolso de capital iniciou a 15 de Junho de 2013 (36 meses depois do primeiro desembolso), com periodicidade bi-anual. A garantia do empréstimo foi alterada para reflectir os novos contratos de empréstimos e agora é garantida para os seguintes acordos de garantia: a escritura de hipoteca da CP, para a quota da CMH na CP (25%), a penhora sobre os bens móveis, a cessão dos direitos de seguro, a cessão de direitos, a cessão de posição contratual, a penhora de contas bancárias e a cessão de garantia de fundos.

13. Provisão de Encerramento e Custo de Reabilitação Ambiental

	Junho de 2014 USD	Junho de 2013 USD
Saldo de abertura	47 555 564	15 430 901
Juro de referência	1 680 554	462 886
Capitalizado em activos fixos tangíveis (devido a alterações nas taxas de desconto e alterações no passivo ambiental)	7 455 902	31 661 777
Saldo de Encerramento	56 692 020	47 555 564

O aumento do passivo bruto durante o ano é resultante do adicional do exigível sobre o furo do Pande-4. O furo foi abandonado durante a campanha de perfuração de 2007. Em Fevereiro de 2014, foi detectado um vazamento de gás com expressões superficiais de água e gás. Portanto, foi suscitado uma provisão adicional para remediação do furo do Pande-4.

14. Fornecedores e outros credores

	Junho de 2014 USD	Junho de 2013 USD
Corrente		
Passivos correntes da UJO	5 071 018	3 550 540
Fornecedores	1 345 013	2 280 872
Antecipações	3 726 005	1 269 668
Outros credores	604 692	633 869
Outros fornecedores	147 152	62 325
Taxa liberatória, impostos dos trabalhadores e segurança social	38 730	23 904
Antecipações	418 810	547 640
	5 675 713	4 184 409
Contas a pagar do Pessoal – não-corrente	143 691	85 382

15. Receitas

	Junho de 2014 USD	Junho de 2013 USD
Receitas	93 986 416	74 806 567
Gás Natural	86 642 646	66 166 301
Condensado	7 343 770	8 640 266
Royalties	(1 843 455)	(1 570 764)
	92 142 961	73 235 803

16. Custos operacionais

	Nota	Junho de 2014 USD	Junho de 2013 USD
Custos com pessoal		3 468 335	2 739 816
Remuneração dos trabalhadores		2 551 293	1 969 695
Remuneração dos órgãos sociais		559 443	565 410
Segurança Social		41 711	26 965
Formação		315 888	177 746
Amortização e depreciação		12 975 919	9 776 343
Outros custos operacionais	16.1	14 318 643	11 288 867
		30 762 897	23 805 026

16.1 Outros custos operacionais

Partilha de Custos Operacionais do UJO		12 937 191	10 005 036
Salários e custos relacionados		2 142 491	2 701 237
Contribuições para o INSS		847 024	222 071
Outros custos operacionais		9 947 676	7 081 728
Outras despesas administrativas da CMH		1 381 452	1 283 831
Serviços de Auditoria e Consultoria		242 152	145 157
Programa de responsabilidade social		735 686	775 212
Outros fornecedores e serviços		403 614	363 462
		14 318 643	11 288 867

17. Custos Financeiros Líquidos

	Junho de 2014 USD	Junho de 2013 USD
Custos Financeiros	6 267 821	5 840 520
Juros sobre empréstimos	4 578 532	5 365 399
Juros fictícios sobre provisões ambientais	1 680 553	462 886
Despesas de empréstimos	8 736	12 235
Receitas Financeiras	(570 271)	(80 293)
Juros recebidos	(350 364)	(70 197)
Outros juros recebidos	(8 850)	-
(Ganho)/prejuízo cambial	(211 057)	(10 740)
	5 697 550	5 760 225

18. Imposto Sobre o Rendimento

	Junho de 2014 USD		June de 2013 USD
18.1 Valores reconhecidos nos lucros e prejuízos			
Imposto corrente			
Ano em curso	12 292 078		5 541 702
Imposto diferido			
Origem e reversão de diferenças temporárias	5 543 094		8 726 208
	17 835 172		14 267 910
18.2 Reconciliação da taxa efectiva			
Lucros antes do imposto	55 682 514		43 670 550
Imposto usado alíquota da empresa	32% 17 818 404	32%	13 974 576
Despesas não dedutíveis	0% 16 768	1%	293 334
	32% 17 835 172	33%	14 267 910
18.3 Movimento dos saldos de impostos diferidos			
	Saldo líquido 30 Junho 2014	Reconhecido em lucros e perdas	Saldo líquido 1 Julho 2013
Propriedade e equipamentos	48 133 694	5 754 457	42 379 237
Activos intangíveis	3 115 530	(207 702)	3 323 232
Perda cambial não realizada	(57 727)	(3 661)	(54 066)
	51 191 497	5 543 094	45 648 403
18.4 Imposto sobre o rendimento a pagar			
Saldo inicial	(1 232 308)		781 851
Impacto da taxa de câmbio (saldo inicial)	-		(50 645)
Pagamento durante o ano	5 622 503		3 578 188
Imposto corrente	(12 292 078)		(5 541 702)
	(7 901 883)		(1 232 308)

18. Imposto sobre o rendimento (continuação)

As autoridades fiscais em Moçambique não confirmam a aceitação das declarações de impostos avaliados por elas. Estas permanecem abertas e podem ser sujeitas a revisão e ajustamento por um período de 5 anos. O Conselho de Administração é de opinião que nenhuns ajustamentos significativos ou penalizações resultarão face aos anos em aberto se estes forem sujeitos a revisão pelas autoridades fiscais.

19. Ganhos por Acção

Os ganhos básicos por acção foram calculados com base no lucro após impostos de USD 37 847 342 (Junho de 2013: USD 29 402 640) dividido pelo número médio de acções emitidas de 5 934 115 (Junho de 2013: 5 934 115).

Os resultados por acção diluídos são iguais aos resultados básicos por acção tendo em conta que a empresa não tinha instrumentos financeiros diluídos à data de relato. A reconciliação da quantidade de acções não é necessário uma vez que não houve mudança nos números de base.

20. Dividendos pagos e declarados

Tendo em conta os Estatutos da CMH, a Política de Dividendos aprovada, os compromissos existentes com os Mutuários e o fim do período de disponibilidade dos empréstimos da expansão, a CMH pagou dividendos aos seus accionistas em Setembro 2013, Dezembro de 2013, assim como em Abril de 2014, referentes ao exercício financeiro de 2011 e parte do exercício financeiro de 2012, no montante total de USD 11 950 000. O pagamento foi efectuado com base no financeiro da CMH.

21. Instrumentos Financeiros e Gestão de Risco

A exposição ao risco cambial, crédito, liquidez e taxas de juro surge no decurso normal do negócio da Entidade. Os riscos da Entidade estão a ser monitorados continuamente. Os instrumentos financeiros, como demonstrados no balanço, incluem os recursos de caixa, clientes e outros devedores, fornecedores e outros credores e empréstimos.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Entidade para cada um dos riscos acima mencionados, os objectivos da Entidade, as políticas e processos de mensuração e gestão de risco e gestão de capital da Entidade.

21. Instrumentos Financeiros e Gestão de Risco (Continuação)

O Conselho de Administração tem a responsabilidade particular de estabelecer e supervisionar a estrutura de gestão de risco da Entidade.

As políticas de gestão de risco da Entidade são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Entidade, para estabelecer os limites de risco apropriados e controlos e para monitorar os riscos e a aderência aos limites. Os sistemas e políticas de gestão de risco são revistos regularmente para reflectirem as alterações às condições de mercado e as actividades da Entidade. A Entidade, através das suas normas de gestão e formação, tem por objectivo desenvolver um ambiente disciplinado e construtivo de controlo, no qual todos os colaboradores compreendam os seus deveres e obrigações.

O Conselho de Administração da Entidade supervisiona como a direcção monitora o cumprimento dos procedimentos e políticas de gestão de risco e efectua a revisão da adequação da estrutura de gestão de risco em relação aos riscos enfrentados pela Entidade.

21.1 Risco de Mercado

O risco de mercado é o risco de surgirem possíveis alterações nos preços do mercado e impacto nos fluxos de caixa futuros do seu negócio. O movimento de preços de mercado que a entidade está exposta incluem taxas de câmbio em moeda estrangeira, taxas de juro e os preços de petróleo e gás natural (Risco de preço de valores de matérias-primas). A entidade desenvolveu políticas com o objectivo de monitorar a volatilidade inerente a essas exposições que são apresentadas abaixo:

21.1.1 Risco Cambial

A Entidade incorre aos riscos como resultado das aquisições efectuadas em moeda estrangeira. A moeda em que a Entidade realiza o seu negócio e que dá origem ao risco cambial é o Metical.

Exposição ao risco cambial

A exposição da Entidade ao risco cambial foi a seguinte, com base nos montantes em moeda nacional:

	Junho de 2014 MT	Junho de 2013 MT
Fornecedores	(2 024 504)	(2 196 125)
	<u>(2 024 504)</u>	<u>(2 196 125)</u>

21. Instrumentos Financeiros e Gestão de Risco (Continuação)

As taxas de câmbio significativas foram aplicadas durante o ano:

Data de Relato	Taxa média		Taxa à vista	
	30 de Junho de 2014	30 de Junho de 2013	30 de Junho de 2014	30 de Junho de 2013
MT por USD	30.33	29.62	30.75	29.95

Análise de sensibilidade

Uma diminuição ou aumento de 1% no valor denominado em moeda estrangeira contra o Dólar Norte-americano nas exposições da moeda estrangeira da Entidade, teria o efeito de aumentar ou diminuir o capital próprio dos accionistas, assim como o lucro antes de impostos no valor de USD 443 (2013: USD 494). Esta análise assume que todas as outras variáveis permanecem constantes.

21.1.2 Risco da taxa de juro

A Entidade está exposta às alterações da taxa de juro sobre os seus empréstimos. A Administração adopta a política de assegurar que os seus empréstimos apresentem taxas de mercado de referência para avaliar o risco da taxa de juro.

	Junho de 2014 USD	Junho de 2013 USD
Instrumentos de taxa fixa		
Depósitos a prazo	86 812 130	81 973 685
Passivos Financeiros	(40 609 543)	(50 453 012)
	<u>46 202 587</u>	<u>31 520 673</u>
Instrumentos de taxa variável		
Passivos Financeiros	(25 159 227)	(29 477 035)

Análise de Sensibilidade

Uma diminuição ou um aumento de 1% na taxa de juro sobre os instrumentos financeiros de taxa variável da entidade teria o efeito de acrescer ou decrescer o capital próprio dos accionistas, assim como o lucro antes de impostos no valor de USD 171 082 (2013: 200 443). Esta análise assume que todas as outras variáveis permanecem constantes.

21. Instrumentos Financeiros e Gestão de Risco (Continuação)

21.2 Risco de Crédito

O risco de crédito é o risco da Entidade incorrer em perdas financeiras, no caso de um cliente ou contraparte de um instrumento financeiro não cumprir as suas obrigações contratuais, e for principalmente originado pelas contas a receber de clientes e os depósitos bancários mantidos com instituições financeiras.

A Administração segue uma política de crédito que lhe permite monitorar continuamente a exposição ao risco de crédito. A exposição ao crédito é limitada quando as contas a receber da Entidade são devidas somente pelo parceiro da entidade comum. As outras contas a receber dizem respeito às partes relacionadas. A exposição máxima ao risco de crédito é representada pela quantia escriturada de cada activo financeiro no balanço. A Administração trabalha com instituições financeiras com boa reputação para gerir o risco de crédito relacionado com os saldos bancários.

Exposição ao Risco de Crédito

A quantia escriturada dos activos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito. A exposição máxima ao risco de crédito à data de relato:

	Junho de 2014 USD	Junho de 2013 USD
Devedores entre empresas do grupo	197 148	412 686
Clientes e outros devedores	14 153 333	11 043 129
Caixa e equivalentes de caixa	133 702 961	115 955 680
Exposição líquida	148 053 442	127 411 495

Os clientes acima mencionados incluíram as vendas ao cliente principal a Sasol Gas, uma subsidiária da Sasol Limited.

A idade de saldo dos clientes à data de relato era:

	Junho de 2014 USD	Junho de 2013 USD
Não vencido	14 153 333	11 284 159

Com base nas taxas de incumprimento históricas, a Empresa acredita não ser necessário criar provisão para imparidade de clientes.

21. Instrumentos Financeiros e Gestão de Risco (Continuação)

21.3 Risco de Liquidez

O risco de liquidez é o risco de uma Empresa vir a encontrar dificuldades para satisfazer as suas obrigações financeiras à medida que se vencem.

A abordagem da Empresa no que respeita à gestão de risco de liquidez é de assegurar, tanto quanto possível, que tenha sempre liquidez suficiente para cumprir as suas obrigações quando devidas, quer em condições normais ou de tensão, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou criar danos à reputação da Empresa.

O risco de liquidez é gerido de forma activa através de projecções do fluxo de caixa, de modo a assegurar a disponibilidade de fundos suficientes para qualquer investimento de curto e longo prazo. Tipicamente, a Empresa assegura que dispõe de fundos suficientes para satisfazer as despesas operacionais previstas a curto prazo, incluindo o serviço de obrigações financeiras.

As maturidades contratuais dos passivos financeiros, incluindo as datas de pagamento estimadas são as seguintes:

	Quantia escriturada	Fluxo de Caixa Contratual	6 meses ou menos	06-12 Meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais de 5 anos
	USD	USD	USD	USD	USD	USD	USD
30 de Junho de 2014							
Passivos financeiros não derivados							
Empréstimos bancários com garantias	65 768 771	(75 578 143)	(9 423 899)	(9 011 301)	(19 181 707)	(33 271 375)	(4 689 861)
Cientes e outros devedores	5 636 906	(5 636 906)	(5 636 906)	-	-	-	-
	<u>71 405 678</u>	<u>(81 215 049)</u>	<u>(15 060 805)</u>	<u>(9 011 301)</u>	<u>(19 181 707)</u>	<u>(33 271 375)</u>	<u>(4 689 861)</u>

	Quantia escriturada	Fluxo de Caixa Contratual	6 meses ou menos	06-12 Meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais de 5 anos
	USD	USD	USD	USD	USD	USD	USD
30 de Junho de 2013							
Créditos bancários financeiros não- derivados							
Empréstimos bancários com garantias	79 930 047	(94 414 364)	(8 320 444)	(9 994 017)	(21 662 809)	(39 974 309)	(14 462 786)
Cientes e outros devedores	4 269 793	(4 269 793)	(4 184 411)	-	(85 382)	-	-
	<u>84 199 840</u>	<u>(98 684 157)</u>	<u>(12 504 855)</u>	<u>(9 994 017)</u>	<u>(21 748 191)</u>	<u>(39 974 309)</u>	<u>(14 462 786)</u>

21. Instrumentos Financeiros e Gestão de Risco (Continuação)

Valor Justo de Instrumentos Financeiros

21.4 Classificações Contabilísticas e justo valor

A tabela a seguir mostra os valores escriturados e os valores justos dos passivos financeiros, incluindo a sua hierarquia de justo valor. Não inclui informações sobre o justo valor dos passivos financeiros não mensurados ao justo valor, se o valor escriturado for uma aproximação razoável do justo valor.

30 de Junho 2014

Passivos financeiros não mensurados ao justo valor

	Nota	Valor Contabilístico		Nível 1	Justo Valor		Total
		Outros Passivos Financeiros	Total		Nível 2	Nível 3	
Empréstimo Bancários	12	65 768 772	65 768 772	-	65 768 772	-	65 768 772
		<u>65 768 772</u>	<u>65 768 772</u>	<u>-</u>	<u>65 768 772</u>	<u>-</u>	<u>65 768 772</u>

21.5 Mensuração do justo valor

Tipo	Avaliação Técnica	Contribuições significativas não observáveis
Empréstimos bancários (Outros passivos financeiros)	Fluxos de Caixa descontados	Não aplicável

22. Transacções com partes relacionadas

A entidade é controlada pela Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, EP (ENH), que detém 70% das acções da CMH, 20% das acções são detidas pelo Governo de Moçambique e os restantes 10% pertencem aos accionistas privados. Foram efectuadas as transacções seguintes:

	Junho de 2014 USD	Junho de 2013 USD
i) Saldos no final do ano resultantes de empréstimos e adiantamentos durante o ano		
Devedores entre empresas do grupo (Nota 7)		
Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, EP	197 148	412 686
	<u>197 148</u>	<u>412 686</u>
ii) Montante a receber da Entidade Conjunta (UJO)		
Conta corrente com a Entidade Conjunta (Nota 8)		
Outros activos em Entidades Conjuntas não constituídas em sociedade (Nota 8)	13 389 721	11 284 159
	<u>13 389 721</u>	<u>11 284 159</u>
iii) Saldos no final do ano emergentes durante o ano de compra de serviços, aluguer do escritório e pagamentos efectuados (custos operacionais e activos fixos)		
Montante a pagar a Entidade Conjunta		
Passivos Correntes – Entidades Conjuntas não constituídas em sociedade (Nota 14)	5 071 018	3 550 541
	<u>5 071 018</u>	<u>3 550 541</u>
iv) Vendas em Entidades Conjuntas não constituídas em sociedade		
Gás e condensado (Nota 15)		
Sasol Petroleum Temane	93 986 416	74 806 567
	<u>93 986 416</u>	<u>74 806 567</u>
v) Remuneração dos principais gestores		
Salários e outros benefícios dos empregados a curto prazo (Nota 16)	559 443	565 410
	<u>559 443</u>	<u>565 410</u>

23. Compromissos de Capital

Os compromissos de despesas de capital relativos a investimentos a realizar contratado e ainda não incorridos à data de relato, são os seguintes:

	Compromissos autorizados de capital bruto	Autorizados & contratados	Dentro de um ano, Autorizados & não contratados
	USD	USD	USD
Operações Conjuntas não-incorporadas (UJO)			
Projectos			
	44 321 085	12 646 697	8 858 963
LPG	13 038 777	-	-
Projecto de 183 MGJ e trabalhos nos furos	567 217	243 127	324 090
Compressor de baixa-pressão	16 959 765	10 582 306	6,377 459
Projecto de residências para os trabalhadores do CPF	7 593 384	899 028	-
Outros	6 161 942	922 236	2 157 414
Custos administrativos da CMH			
Por aquisição de activos fixos tangíveis	86 768	86 768	-

O saldo acima mencionado corresponde a 25% da despesa de capital de Empreendimento Conjuntos não constituídas em sociedade.

24. Eventos após a data do Balanço

Após 30 de Junho de 2014 até a data, não ocorreram eventos significativos que necessitem de divulgação ou ajustamentos às demonstrações financeiras.